



AGENOR HENRIQUE DE SOUZA

**O SURGIMENTO DA RAZÃO
E DA IMAGEM NA PÓLIS GREGA**

**LAVRAS-MG
2022**

AGENOR HENRIQUE DE SOUZA

O SURGIMENTO DA RAZÃO E DA IMAGEM NA PÓLIS GREGA

Monografia apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Filosofia, para a obtenção do título de Licenciado.

Prof. Dr. Luiz Roberto Takayama
Orientador

LAVRAS-MG
2022

AGENOR HENRIQUE DE SOUZA

**O SURGIMENTO DA RAZÃO E DA IMAGEM NA PÓLIS GREGA
THE EMERGENCE OF REASON AND IMAGE IN THE GREEK POLIS**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Filosofia, para a obtenção do título de Licenciado.

APROVADO em **25** de **abril** de 2022.
Prof. Dr. Luiz Roberto Takayama UFLA
Prof. Dr. Renato dos Santos Belo UFLA
Prof. Dr. Arthur Klik de Lima UFLA

Prof. Dr. Luiz Roberto Takayama
Orientador

**LAVRAS-MG
2022**

Aos meus pais (*in memoriam*) que me educaram no caminho do bem de acordo com Provérbios 22:6, e até hoje, já em idade adulta, não desviei dele.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, o arquiteto do Universo, por ter me concedido a graça de chegar ao final desta caminhada marcada por desafios, dificuldades, atropelos e uma terrível pandemia, mas também por um sólido conhecimento profissional que adquiri ao longo do curso de graduação em Filosofia.

À Universidade Federal de Lavras (UFLA), por ter me acolhido com toda a dedicação e profissionalismo que lhe é peculiar. Não poderia deixar de agradecer ao corpo docente do Curso de Filosofia que, com os seus profundos conhecimentos, contribuíram de forma singular para a minha formação.

Ao meu prezado mestre, professor Dr. Luiz Roberto Takayama, por ter aceitado ser meu orientador no decorrer deste trabalho, não medindo esforços para orientar a escrita desta monografia, sempre com sábios ensinamentos, sugestões e conselhos que, sem sombra de dúvidas, foi o grande fator de motivação durante a realização deste trabalho. Quero deixar registrar meus agradecimentos aos membros da banca de defesa, prof. Dr. Renato dos Santos Belo e prof. Dr. Arthur Klik de Lima, com os quais também aprendi muito. Obrigado.

Ao professor Rondineli, responsável pela disciplina de Filosofia do Colégio Tiradentes da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, unidade de Lavras/MG. Ele foi meu supervisor durante os estágios 3 e 4, ocasião em que tive a oportunidade de conhecer na prática como é lecionar Filosofia para o Ensino Médio.

À minha família, minha esposa Jacqueline, que sempre esteve ao meu lado me apoiando e me incentivando durante todo o curso; aos meus filhos, Bruna, que mesmo estando longe, em outro país, nunca deixou de me apoiar e me incentivar e ao meu pequeno Gustavo, que adora me ouvir falar sobre Filosofia.

Aos meus companheiros de turma, que já considero como se fossem da minha família. Foram muitos os momentos em que debatíamos ideias, conversávamos nos intervalos das aulas ou nos momentos de descontração lá na cantina, sempre com um propósito de buscar esclarecimentos e conhecimentos.

E, por fim, agradeço a todos que de alguma forma me ajudaram ao longo desta jornada de estudos, pesquisas e aprimoramento pessoal e intelectual.

A todos, muito obrigado.

*"Quem não pensa é pensado pelos outros."
(Sócrates)*

*"[...] A virada da história social que faz passar do culto privado para o culto público, e que transforma o ídolo, objeto de investidura, talismã familiar mais ou menos secreto, em imagem impessoal de uma divindade feita para ser vista."
(Vernant, 2009, p. 301)*

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo mostrar de forma introdutória como ocorreu o surgimento da razão e da imagem na Grécia Antiga. Para tanto, foi traçada uma linha histórica, partindo do período minoico até o período helenístico. Entrou pontualmente na civilização minóica, considerada a primeira civilização europeia e, finalmente, a civilização micênica. Seguindo esse prefácio contextualizado, o trabalho revela o surgimento da cidade-estado (*pólis*) e, em seguida, explica os fatores que contribuíram para o seu nascimento. Foi visto como aconteceu a passagem/rompimento do pensamento mítico-religioso ao pensamento filosófico-científico e como os primeiros filósofos tiveram um importante papel para o desenvolvimento da atividade filosófica, neste contexto, o surgimento da razão. E por fim uma introdução à escultura grega, à imagem, colocada agora de forma impessoal sob o olhar da cidade e em plena publicidade, rompendo, portanto, com a forma de como ela era tratada nas civilizações que precederam a *pólis*. Na segunda parte desta monografia foi elaborado um Plano de Curso para aulas de Filosofia, contemplado uma introdução à Filosofia Antiga e uma noção de Filosofia Política na modernidade, destinada aos alunos do 1º ano do Ensino Médio.

Palavras-chave: Razão. Imagem. *Pólis*. Palavra. Mito.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Ruínas do antigo palácio de Cnossos.	19
Figura 2 – Uma das salas do antigo palácio.	19
Figura 3 – Um dos afrescos da parede do palácio.	20
Figura 4 – Afresco minoico da taurocatapsia.	20
Figura 5 – Sítio arqueológico de Micenas.	30
Figura 6 – Portal dos leões – Micenas.	30
Figura 7 – Plaqueta de barro em linear B.	31
Figura 8 – Xóanon, o ídolo arcaico.	44
Quadro 1 – Cronologia do mundo minoico.	16

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	PRIMEIRA PARTE: MONOGRAFIA.....	13
	2.1 CAPÍTULO 1: O surgimento da razão	14
	2.1.1 Os períodos da Grécia Antiga	14
	2.1.2 Os Minoicos.....	16
	2.1.3 Os Micênicos.....	21
	2.1.4 O surgimento da <i>pólis</i> , as cidades-estados	31
	2.1.5 O surgimento da razão na <i>pólis</i> grega	33
	2.1.6 Percepções acerca do pensamento filosófico-científico.....	37
	2.1.7 Considerações finais do capítulo	41
	2.2 CAPÍTULO DOIS: O surgimento da imagem	42
	2.2.1 Uma visão geral sobre o surgimento da imagem na <i>pólis</i> grega..	42
	2.2.2 A imagem na Grécia Antiga.....	45
	2.2.3 A novidade da <i>pólis</i> , o templo, a imagem e a publicidade	47
	2.2.4 Considerações finais do capítulo	48
	2.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
	2.4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	50
3	SEGUNDA PARTE - PLANO DE CURSO	53
	3.1 INTRODUÇÃO	53
	3.2 JUSTIFICATIVA E OBJETIVO GERAL.....	54
	3.3 METODOLOGIA.....	55
	3.4 ESQUEMATIZAÇÕES DAS AULAS.....	56
	3.5 OBSERVAÇÕES E SUGESTÕES DE LEITURAS	58
	3.5.1 Sugestões de Leituras	58
	3.5.2 Recursos didáticos	58

3.6	OBJETIVOS DAS AULAS PROPOSTAS	59
3.7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
3.8	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	64

1 INTRODUÇÃO

A monografia deste trabalho de conclusão de curso tem como objeto de estudo uma introdução a respeito do surgimento da razão e da imagem na Grécia Antiga.

Com o surgimento da *pólis*, estima-se que a palavra se torna um instrumento político que vai passar a ter um grande destaque. Ela vai exercer um amplo poder, como era na época dos reis, mas se tratará de algo bem diferente. Entra em cena a *peithó*¹, isto é, o poder de persuasão, que será expresso nos debates do contraditório, nas discussões e nas argumentações diversas, tornando-se rotineiro nas *ágoras* das cidades-estados.

É importante observar que, doravante, as pessoas qualificadas² da *pólis* poderão debater acerca de diversos assuntos de interesse da cidade, tendo um público ao qual vão se dirigir devendo decidir como se fossem um juiz. Através dessa escolha que é genuinamente humana, poderão medir a força de convencimento entre os discursos, e o vencedor vai ser aquele que melhor se destacar na arte da oratória, do convencimento, enfim as ideias serão debatidas e aprimoradas.

Aqui se descortina uma mudança radical, pois o que antes era decidido por um rei, agora é a palavra, é o discurso persuasivo que passará a ser o fator decisivo para que as assembleias cheguem com racionalidade às conclusões nos debates.

No decorrer do presente estudo, será visto que houve uma transformação das mais importantes com o advento da cidade: a saída do privado e a entrada do público. Essa transformação vai causar uma mudança significativa nas rotinas dos antigos sacerdócios, uma vez que os ritos e símbolos que antes eram reservados a pessoas com certos privilégios, começam a migrar para o espaço público. É nesse espaço do impessoal que tais ritos/símbolos perdem seu caráter de secreto, de mistério. Deixam de ser símbolos para se tornarem imagens com a função de serem vistas publicamente. Mas mesmo com essa publicidade, as imagens dos deuses nos templos não perderam o seu caráter religioso, elas continuavam de algum modo, representando as divindades, uma vez que essas mudanças foram acontecendo de forma gradual.

Até então, o símbolo divino era visto como privado e secreto, mas com a mudança ocorrida, ou seja, com o advento da *pólis*, ele se tornou público e, de uma forma geral, as pessoas podiam ver as imagens que anteriormente eram reservadas a pequenos e seletos grupos da realeza. A *pólis* trouxe a publicidade, o debate, o contraditório, o pensamento

¹ *Peithó*, na mitologia grega, era a Deusa da sedução e da persuasão.

² Não eram todas as pessoas que tinham esse privilégio; as mulheres, os escravos e os estrangeiros não podiam participar da política.

racional, mas trouxe também as imagens, tudo isso representando um acontecimento inédito para a sociedade da época.

No entanto, toda essa mudança não aconteceu da noite para o dia, mas aos poucos, isso se deu com muitas dificuldades e resistências, a vida social e política começam a ser transformadas, migrando totalmente para espaço público. Uma vez que todo esse processo se deu por etapas, diversos obstáculos dificultaram e limitaram o avanço de seu progresso, como por exemplo, a dificuldade em romper com o pensamento mítico, a perda do poder dos reis, entre outros óbices que apareceram durante todo esse percurso.

O que esta transformação, isto é, a saída do pensamento mítico para adentrar no mundo do pensamento racional, filosófico-científico, o nascimento da *pólis*, o nascimento das imagens nesse novo ambiente de publicidade, acarretaria à sociedade daquela época? Com base neste questionamento é que os estudos desta monografia serão norteados, para que ao final sejam acrescentados mais conhecimentos acadêmicos a respeito da razão e da imagem nesse novo paradigma de sociedade.

Conforme visto acima, o objetivo da monografia é apresentar um estudo introdutório a respeito do surgimento da razão e da imagem na Grécia Antiga, mais precisamente no período Arcaico (séculos VIII a VI a. C.³). Para tanto, o presente estudo será dividido em dois capítulos.

No primeiro, pretende-se apresentar brevemente aspectos mais gerais das civilizações Minoica e Micênica. Essa exposição servirá mais como uma contextualização para que possamos compreender como ocorreu o surgimento da *pólis* e, principalmente, como a razão ou o pensamento racional ganhou o seu protagonismo. No capítulo dois, o foco será a imagem: qual sua relação com o advento da *pólis* e a publicidade, qual seria a sua realidade e qual seria a sua função, são algumas das questões que gostaríamos de abordar.

Jean Pierre Vernant, filósofo francês, famoso pelos seus renomados estudos sobre a Grécia Antiga, será um dos principais pensadores a guiar o presente estudo no que concerne ao surgimento da razão e da imagem na *pólis* grega. Entretanto, como forma de enriquecer a escrita deste trabalho, outras fontes bibliográficas secundárias serão consultadas e utilizadas ao longo da pesquisa.

Na segunda parte deste trabalho, será apresentada uma proposta de um Plano de Curso para o Ensino da Filosofia voltado para o primeiro ano do Ensino Médio, contemplando no

³ As datas que aparecem nesta monografia referem-se ao período antes de Cristo a. C.

planejamento aspectos relacionados ao novo modelo do Ensino Médio, elaborado recentemente pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC).

2 PRIMEIRA PARTE: MONOGRAFIA

2.1 CAPÍTULO 1: O surgimento da razão

O objetivo deste capítulo é apresentar um estudo acerca do surgimento da razão na *pólis* grega. Contudo, como forma de contextualizar o presente trabalho até chegar ao ponto desejado, diversos momentos da história da Grécia Antiga serão mencionados, com uma breve explanação de seus períodos, incluído as civilizações minoica e micênica, o seu apogeu e queda, e por fim como ocorreu ruptura do pensamento mítico e o surgimento da razão.

2.1.1 Os períodos da Grécia Antiga

A Grécia Antiga compreende o período que vai do século XX ao século IV a. C.. Ao longo desses séculos, tivemos cinco momentos que são considerados muito importantes, face aos acontecimentos que marcaram cada época, vejamos:

2.1.1.1 Período Micênico ou Pré-homérico

Ocorreu entre o século XX - XII a. C. Nesse período aconteceu a ocupação do território grego pelos indo-europeus, bem como o desenvolvimento das civilizações pré-helênicas. Segundo Bauer, Alves e Oliveira (2019), esse período ficou assim conhecido pelo fato do Rei Aqueu, Micenas ter ocupado a região continental da Grécia e a famosa ilha de Creta. Tanto as aldeias quanto os palácios dessa sociedade possuíam características belicosas, voltadas para a guerra, considerando que rotineiramente estavam disputando terras, rotas comerciais e diversas outras riquezas da região. Então, a partir dessas atividades a Grécia foi sendo ocupada territorialmente. Mais tarde, quando ocorre invasão dórica, muitos palácios e aldeias foram destruídos e/ou abandonados, o que levou ao processo de ruralização do povo, bem como uma organização social denominada "*genos*"⁴.

2.1.1.2 Período Homérico

Séculos XII ao VIII a. C.. Foi nesse período que aconteceu a formação, o desenvolvimento e a desagregação da ordem gentílica (*genos*). Aranha e Martins (2018) vão dizer que nesse período ocorreu uma transição de um mundo potencialmente rural, em que os homens ricos formavam a aristocracia proprietária de terras, o que aumentou consideravelmente o sistema escravista. Homero teria vivido nesse período, acredita-se que foi por volta do século IX ou VII a. C.

⁴ Na Grécia Antiga os *genos* eram pequenas comunidades agrícolas onde seus habitantes possuíam laços de sangue. Eles acreditavam que eram descendentes de um herdeiro da mitologia.

2.1.1.3 Período Arcaico

Séculos VII a VI a. C. Ocorreu a colonização grega e a formação das cidades-estados. De acordo com Aranha e Martins (2018) foi nesse período que ocorreu a formação das cidades-estado ou como é popularmente conhecido pelo termo *pólis*. Com o advento da *pólis*, ocorreram grandes mudanças no campo social e político, bem como no desenvolvimento do comércio e expansão da colonização grega. Nesse período teriam surgido os primeiros filósofos.

2.1.1.4 Período Clássico

Foi do século V e IV a. C. Destacam nesse período as guerras médicas e o apogeu do mundo helênico. Os persas são derrotados pelos gregos. Segundo Bauer, Alves e Oliveira (2019), as cidades-estados gregas conseguem alcançar grande desenvolvimento cultural, econômico e político justamente nesse período. Outras características marcantes foram o comércio marítimo e as lutas por hegemonia, as quais acirraram as relações entre as cidades-estados, originando conflitos e guerras. Como exemplo, a Guerra do Peloponeso, que foi um luta armada entre Atenas e a liga de Delos e Esparta bem como alianças do Peloponeso, que consistiam em acordos econômicos e militares. Mesmo depois que Atenas ter sido derrotada por Esparta, eles continuaram a se envolver em conflitos menores entre as *pólis*, fatores que enfraqueceram consideravelmente a cidade e abriram o caminho para o domínio macedônio.

2.1.1.5 Período Helenístico

Por volta do século III e II a. C. Aqui entra a última fase da história da Grécia Antiga, em que as cidades gregas são dominadas pela Macedônia e, posteriormente, os romanos dominam os helênicos. De acordo com Bauer, Alves e Oliveira (2019), com o fim da guerra do Peloponeso, guerra essa vencida por Esparta sobre Atenas, aconteceu um enfraquecimento das cidades-estados por causa desse grande conflito. Então, Alexandre, rei da Macedônia, aproveitando dessa "fraqueza", invade o território grego com o objetivo de conquistá-lo e incorporá-lo ao seu império. Isso de fato aconteceu. No entanto, Alexandre, o Grande, tinha certa admiração pela cultura grega e, por esse apreço, fez com que o rei Macedônico difundisse diferentes aspectos do pensamento e das práticas gregas, que em fusão com culturas orientais deram origem ao helenismo.

2.1.2 Os Minoicos

Como apontam Morais e Arezes (2019), a Civilização Minóica é considerada a primeira civilização europeia. Embora não seja suficientemente instrutivo mencionar a cronologia das diferentes fases dessa civilização, mas por outro lado, é possível recorrer às pesquisas arqueológicas, e de acordo com essas pesquisas, elas pertencem a um intervalo de tempo de cerca de dois mil anos, começando por volta de 3000 a. C. até 1000 a. C.. Arthur Evans⁵, baseando-se em um dos versos da Odisseia de Homero (XIX 179)⁶ cria a divisão tradicional de Minoico Antigo, Médio e Tardio. O modelo proposto por Evans também foi adotado por outros arqueólogos, os quais o subdividiram em diferentes etapas, para tanto atribuíram a numeração romana, I, II e III para referenciar a essa divisão temporal. De acordo com a pesquisa do arqueólogo grego Nicolau Platon, essas etapas são às vezes apresentadas sob outra forma de divisão cronológica, conforme mostrado na tabela a seguir:

Quadro 1 – Cronologia do mundo minoico.

Período aproximado (a. C.)	Proposta de Evans	Proposta de Platon
7000-6500 6500-5750 5750-4750 4750-3000	Neolítico (s/cerâmica) Neolítico Antigo Neolítico Médio Neolítico Tardio	Período Neolítico
3000-2800 2800-2600 2600-2300 2300-2200 2200-2000	Minoico Antigo I A Minoico Antigo I B Minoico Antigo II Minoico Antigo III Minoico Médio I A	Período Pré-palaciano
2000-1900 1900-1800 1800-1700	Minoico Médio I B Minoico Médio II A Minoico Médio II B	Período Proto-palaciano
1700-1600 1600-1550 1550-1500 1500-1450 1450-1400	Minoico Médio III A Minoico Médio III B Minoico Tardio (ou Recente) I A Minoico Tardio (ou Recente) I B Minoico Tardio (ou Recente) II	Período Neo-palaciano
1400-1300	Minoico Tardio (ou	

⁵ Arthur Evans foi um arqueólogo de origem britânica. Considerado o descobridor da cultura minoica.

⁶ Passagem que narra o retorno do rei Mínois ao Olimpo a cada nove anos (*ennéôros*).

Período aproximado (a. C.)	Proposta de Evans	Proposta de Platon
1300-1220	Recente) III A Minoico Tardio (ou Recente) III B	Período
1220-1050	Minoico Tardio (ou Recente) III C	Pós-palaciano

Fonte: Adaptado de Morais e Arezes (2019, p. 8)

2.1.2.1 Os primeiros habitantes

Através dos estudos de Morais e Arezes (2019), fica claro que foram com base em dados arqueológicos de que os vestígios mais antigos em Creta remontam ao início do período Neolítico. No Palácio de Cnossos, a ocupação mais antiga data de cerca de 7000 a. C., possivelmente relacionada à chegada de pessoas oriundas da Anatólia central, da planície costeira da Cilícia ou da costa siro-palestina, onde se estabeleceram. No entanto, a maior parte da população da ilha era nativa, vivendo da caça e da pesca, ignorando o uso da cerâmica e totalmente isolada naquele lugar remoto, não conheciam um mundo diferente daquele onde eles viviam.

Foi no Neolítico Médio, entre 5750 e 4750 a. C., que provavelmente surgiram os primeiros núcleos habitacionais. Nesse período, houve uma intensificação da atividade agrícola e os primeiros sinais de atividade religiosa. Acredita-se que foi nesse período que as trocas comerciais com as vizinhas ilhas das Cíclades se tornaram mais efetiva. Já no Neolítico Tardio, entre 4750 e 3000 a. C., esses centros comunitários passaram a contar com habitações retangulares, construídas com uma espécie de tijolo de barro (adobe) e madeira, com piso inteiramente de terra batida e uma lareira/fogão projetado para o preparo de alimentos e aquecimento durante o inverno.

O próximo período da civilização minoica é chamado de Minoico Antigo ou Pré-palaciano, aconteceu entre 3000 e 2200 a. C. No entanto, pouco se sabe sobre esse período, talvez por terem sido destruídos por fases posteriores.

O povo daquela região continuava mantendo hábitos herdados do Neolítico e fortaleceram o comércio marítimo, principalmente com o Levante e o Egito. Nesse período ocorreram diversas migrações de povos provenientes das costas da Anatólia Ocidental e das terras líbias. Além disso, o bronze começa a ser introduzido nos trabalhos da ilha, em substituição a um mineraloide chamado obsidiana (um tipo de vidro vulcânico).

Há diversas incertezas entre os historiadores se a queda dos palácios minoicos ocorreu devido às catástrofes naturais ou por causa dos povos invasores. O certo é que os micênicos ali se instalaram e ficaram por lá até o fim da idade do bronze.

2.1.2.2 O palácio de Cnossos

Não poderia falar sobre os minoicos sem trazer a tona o lendário palácio de Cnossos, uma das mais famosas e grandiosas construções daquela época. Para tanto, Moraes e Arezes (2019), destaca bem como era esse palácio. Vejamos: no final do período denominado Bronze Médio, na ilha de Creta, aconteceu um rápido crescimento populacional, fenômeno esse que fez aparecer as primeiras cidades, consequência dos grandes palácios não fortificados denominados Cnossos, Festos, Mália e Kato Zacro. Cnossos foi considerado pelos estudiosos como sendo o complexo palaciano mais majestoso que se tinha naquela ilha.

O palácio mais grandioso, com uma área de cerca de 20.000 metros quadrados, está situado no sítio de Cnossos, na região setentrional, apenas a quatro quilômetros da costa. Como iremos constatar, à semelhança de outros palácios, possuía um grande pátio central, provavelmente destinado à celebração das chamadas taurocatapsia (ou taurokathapsia), que consistia em realizar perigosos saltos por cima de um touro. Esta celebração está representada num famoso fresco deste palácio que ilustra ágeis corpos de rapazes e raparigas que participam num exercício acrobático ou de tauromaquia. Grande parte das estruturas arqueológicas datam do período Neo-palaciano, coincidente com o período Minoico Médio e a primeira fase do Minoico Recente. As estruturas mais antigas do primeiro palácio, datadas do período Proto-palaciano, estão incluídas nas construções do período Neo-palaciano. A planta do palácio está dividida em quatro alas, a partir de um pátio central, na direção norte-sul. É possível que esta estrutura arquitetônica tenha inspirado a planta de outros palácios, em particular os de Festos, Mália e Kato Zacro (MORAIS; AREZES, 2019, p. 19-20).

Pelos dados arqueológicos conhecidos até agora, a ilha de Creta foi devastada provavelmente por um forte terremoto que aconteceu por volta dos anos 1700 a. C. Passados 100 anos, por volta de 1600 a. C., inaugura-se um novo momento de construção, que coincidirá com a época áurea dessa civilização, com magníficas construções e um desenvolvimento econômico equilibrado, principalmente devido ao forte comércio com o Egeu e o Médio Oriente. No entanto, em 1550 a. C. uma nova catástrofe acontece na ilha, destruindo parcialmente Cnossos. É nesse momento que os Micênicos, oriundos do continente, apropriam-se das ruínas do palácio, ocupando praticamente toda a ilha.

Ilustram este trabalho algumas imagens das ruínas desse antigo reino palaciano denominado Cnossos.

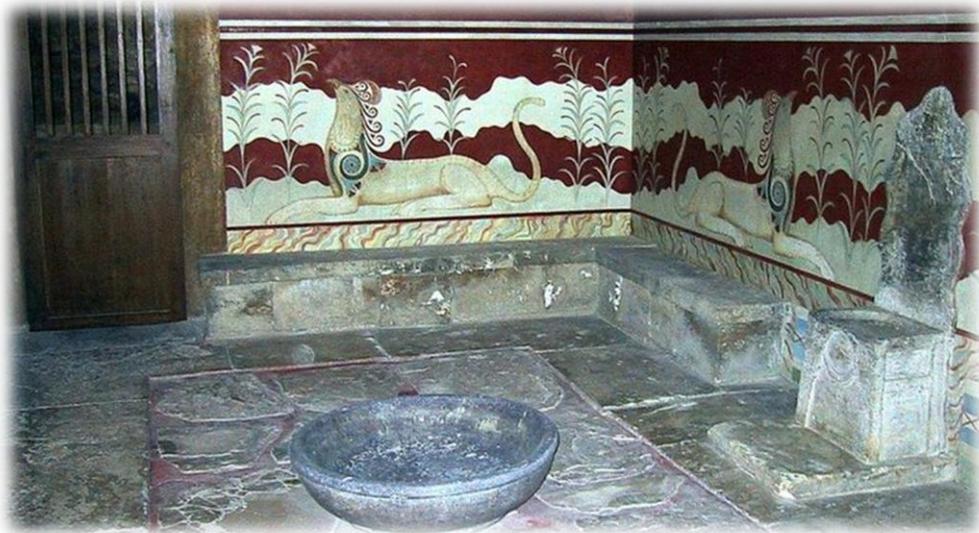
Figura 1 – Ruínas do antigo palácio de Cnossos.



Fonte: Wikimedia Commons (2020).

Nesta foto é possível ver em detalhes partes das ruínas do palácio de Cnossos, que mesmo com o passar do tempo, não deixou de conservar características originais.

Figura 2 – Uma das salas do antigo palácio.



Fonte: Wikimedia Commons (2020).

É incrível a beleza desse afresco e a arquitetura da construção dessa sala, mesmo sendo uma civilização que remonta há milhares de anos, conseguiram com maestria elaborar obras tão complexas para aquela época.

Figura 3 – Um dos afrescos da parede do palácio.



Fonte: Wikimedia Commons (2020).

Em que pese a equipe do famoso arqueólogo Arthur Evans ter restaurado várias partes do palácio e também das pinturas (afrescos), ainda é perceptível a originalidade dessa verdadeira obra de arte, que estava perdida no tempo.

Figura 4 – Afresco minoico da taurocatapsia.



Fonte: Wikimedia Commons (2020).

A taurocatapsia ou *taurokathapsia* era uma espécie de esporte radical, que consistia em realizar perigosos saltos por cima de um touro. Na imagem pode ser vistos jovens de corpos atléticos fazendo acrobacias por cima do touro.

2.1.3 Os Micênicos

Nesta seção, apresentaremos a civilização micênica em seus aspectos mais gerais, trazendo uma abordagem histórica de forma bem sucinta até o surgimento da *pólis*. Segundo Marcondes (2007, p. 21), essa sociedade baseava-se em: "uma monarquia divina em que a classe sacerdotal tinha grande influência e o poder político era hereditário, e em uma aristocracia militar e em uma economia agrária". Essas particularidades apontadas pelo autor serão vistas mais à frente.

De forma pontual, pretende-se trazer algumas características que se faziam presentes na realeza micênica: como ela se desenvolveu, suas crenças, seus valores, como era a vida social da época e como ocorreu a crise da soberania.

Na civilização micênica, aconteceu o último estágio da Idade do Bronze na Grécia Antiga, civilização esta considerada a primeira civilização mais avançada no continente grego. Nessa civilização existiam estados palacianos, organização urbana, obras artísticas e uma escrita bem sistemática, conforme veremos no decorrer desta monografia. Sabe-se que o desenvolvimento da civilização micênica ou dos aqueus, e sua dominação da Grécia e do mar Egeu, deveu-se ao declínio dos cretenses provavelmente por volta de 1400 a. C.

Em sua tese de doutorado, Monzani (2019) traça um panorama do mundo micênico, considerado pelos historiadores como a civilização mais complexa da cultura grega. Segundo a autora, a Idade do Bronze no Egeu inclui a história dos Bálcãs meridionais (continente), Creta e as Cíclades (ilhas). Esse período marcou a introdução do bronze na produção de ferramentas, utensílios e armas até que o uso do ferro começou a ser difundido, isso se deu aproximadamente entre 3000 a. C. e 1000 a. C. Nesse lapso temporal ocorreu o desenvolvimento de três civilizações, que foram: Cicládica, Minoica ou Cretense e Micenas ou Grega (MONZANI, 2019).

Para Monzani (2019), há uma concomitância de opiniões de que o território do período micênico era constituído por reinos e o núcleo desse reino era uma construção majestosa chamada palácio. Existia: Pilos na Messênia, Micenas e Tilinto na Argólida, Tebas na Beócia, Atenas na Ática e Cnossos em Creta. Especula-se ainda que possa ter havidos outros centros como, por exemplo, na Lacônia, mas, até onde se sabe, não existia um grande palácio como nos moldes dos outros reinos.

Botelho (2015) cita que até os anos 1200 a. C. prosperou nos arquipélagos do Mar Egeu, na Grécia Continental, a civilização micênica ou também conhecida como civilização aqueana. Era uma civilização aristocrática, cuja formação era composta por uma diversidade

de reinos, tendo como características marcantes a sua belicosidade e sua origem de famílias principescas que acreditavam ser descendentes dos deuses. A principal matéria prima dessa civilização era o bronze (uma composição básica feita de cobre (CU)⁷ e estanho (Sn)⁸. Era com esse metal que eles fabricavam suas armas e ferramentas. A escrita micênica (linear B) era diferente do alfabeto que a Grécia viria a utilizar mais tarde. Nesse sistema de escrita as letras representavam os sons das sílabas ao invés dos fonemas.

Alem disso, dentro do contexto da realeza micênica, Vernant (2018) também traz dados importantes para uma melhor compreensão do tema. Segundo o autor, viu-se que, com a decifração da escrita em linear B⁹, puderam ser resolvidas diversas questões pendentes sobre esse momento histórico, e que já haviam sido levantadas pelas descobertas arqueológicas. No entanto, novas questões surgiram a respeito e, dentre elas, a dificuldade de leitura e interpretação dos escritos inscritos nas peças de cerâmicas que foram encontradas. Essa dificuldade de leitura se deu porque a linear B era derivada de uma escrita silábica que os gregos não utilizavam em suas notações. Esse tipo de escrita não tinha uma clareza com relação aos sons do dialeto que era falado pelo povo micênico. Porém, é oportuno observar que mesmo a linear B sendo diferente do alfabeto grego posterior, a sua decifração só foi possível ao correlacioná-la ao grego. O que viria então a comprovar as suspeitas de que a civilização micênica constituía os legítimos antepassados dos gregos.

A história mostra que é precário o número de documentos que se tem a respeito dessa civilização, por isso é importante acautelar-se para falar com certa propriedade de um tema um tanto quanto enigmático e cercado de mistérios. Na verdade, o que se tem, o que foi descoberto através da arqueologia, foram inventários anuais escritos em tijolos ou plaquetas de barro (tabuinhas), cuja conservação se deu devido aos incêndios que os palácios sofreram em determinado período de sua história. Com isso, os tijolos, as plaquetas foram cozidas e conservaram-se as escritas em suas faces. A decifração dessas plaquetas/tijolos aconteceu em 1950, por dois arqueólogos de origem inglesa, de nomes John Chadwick e Michael Ventris. Mas a descoberta dessas plaquetas é creditada ao arqueólogo Arthur Evans, no ano de 1886.

Evans foi informado de que na ilha de Creta havia pequenas tabuinhas/plaquetas que eram usadas pelas mulheres nativas como peças ornamentais. Essas mulheres acreditavam que esses pequenos fragmentos, conhecidos como "pedras de leite", poderiam ser amuletos que as

⁷ Símbolo do Cobre na Tabela Periódica.

⁸ Símbolo do Estanho na Tabela Periódica.

⁹ Derivado de uma escrita silábica que não foi feita para notar o grego, exprime muito imperfeitamente os sons do dialeto falado pelos micênios (VERNANT, 2018, p. 23).

protegeriam do infortúnio e/ou lhes trariam boa sorte. No ano de 1899, o arqueólogo comprou o terreno e já no início do ano de 1900, Evans e sua equipe começaram os trabalhos de escavações e obtiveram sucesso, encontraram grandes quantidades desse material, (as plaquetas de barro). Com essas descobertas e com a decifração da linear B, toda a sociedade palaciana micênica pôde ser revelada em seus aspectos gerais, tanto que Vernant (2018) vai destacar pontos importantes em sua obra, em relação à sociedade micênica. Vejamos:

A vida social aparece centralizada em torno do palácio cujo papel é ao mesmo tempo religioso, político, militar administrativo e econômico. Neste sistema de economia que se denominou palaciana, o rei concentra e unifica em sua pessoa todos os elementos do poder, todos os aspectos da soberania. Por intermédio de escribas, que foram uma classe profissional fixada na tradição, graças a uma hierarquia complexa de dignitários do palácio e de inspetores reais, ele controla e regulamenta minuciosamente todos os setores da vida econômica, todos os domínios da atividade social. (VERNANT, 2018, p. 24).

Como visto acima, são diversas as informações a respeito dessa sociedade, mas que só puderam ser concluídas a partir da decifração da linear B. Nesse sentido, o autor destaca algumas características dos palácios que foram reveladas com a decifração. Listo algumas: nesses palácios havia aposentos para toda a família real, para todos os servidores públicos que trabalhavam para o rei, como os sacerdotes, os guardas, os assistentes da realeza, dentre outros. Tinham também aposentos e oficinas para que os trabalhadores e artesãos pudessem morar e fabricar suas peças/objetos manufaturados (VERNANT, 2018).

Os palácios tinham uma administração totalmente subordinada aos reis, não se pode dizer que eram funcionários públicos que trabalhavam para o estado, mas servidores exclusivos do rei que eram colocados em cargos de confiança. Com isso, faziam propagar por todos os rincões da realeza o absolutismo dos reis, dentre eles se destacavam os escribas, responsáveis pelas anotações contábeis do palácio.

2.1.3.1 Os escribas

De acordo com Vernant (2018), os escribas eram figuras muito importantes dentro da realeza micênica, uma vez que eles tinham a responsabilidade de fazer a contabilidade de tudo que se relacionava com o reino. Eram profissionais ligados às tradições palacianas, inseridos em uma complexa hierarquia de dignitários do palácio e inspetores reais. Eles controlavam sistematicamente tudo que havia no reino: o gado, a agricultura, a tenência das terras, as sementes produzidas, as peças manufaturadas, o vinho e o azeite estocado, enfim, tudo que se

relacionava com o reino era anotado. Vejamos mais alguns pormenores: em seus arquivos também eram registrados a relação dos ofícios que tinham certa especialização, o fornecimento de matérias-primas, bem como a relação dos produtos que eram confeccionados sob encomenda, a mão de obra que estivesse disponível e/ou ocupada com algum afazer. Também entravam na contabilidade as mulheres, os escravos, os homens, as crianças; todos eram relacionados, inclusive as pessoas com acesso direto ao soberano. Outros itens, como as contribuições imposta pelo palácio de forma individual ou coletiva, os bens entregues e os a receber, o fornecimento de homens remadores para equipar os navios reais, o aparato militar, os sacrifícios e as oferendas que eram direcionados aos deuses. Portanto, os escribas desempenhavam um papel estratégico na administração micênica, que era o de controlar todo esse "ativo" da realeza micênica.

Através da decifração das tabuinhas (linear B), pode-se deduzir que não existia um comércio privado nesse modelo de economia palaciana, uma vez que não se encontram registros que possam indicar situações de compras e/ou vendas. A administração real tinha uma regulamentação na distribuição, no intercâmbio e na produção de bens que convergiam tudo para o palácio, de forma centralizada. A partir dessa decodificação, fica claro que a burocracia no palácio era extremamente detalhada e rigorosa, com registros de detalhes que pareciam até insignificantes, como até mesmo o que era oferecido aos deuses.

2.1.3.2 A tenência das terras

Vernant (2018) traz alguns elementos importantes para tentar entender como era a tenência das terras nessa sociedade palaciana. Sabe-se que se tratava de um sistema complexo e com diferentes entendimentos, o que o torna um tema ambíguo e bastante vago. Não obstante, é possível mencionar determinadas características interessantes no que diz respeito à tenência das terras, como por exemplo, a aproximação da realeza micênica com o sistema feudal.

No mundo micênico para ter a plena posse da terra e dela tirar proveito, era necessário ter uma compensação em torno de serviços e várias outras atividades. Existiam dois tipos de tenência e que se opunham entre si e que designavam as duas formas diferentes que podiam validar um lote ou uma porção de terra. Basicamente tinha-se os *Ki-ti-me-na-co-to-na* que eram terras de propriedade privada e tinham também os *ke-ke-me-na ko-to-na* com ligações diretas ao *damos*. Essa tenência era terras comuns dos *demos*¹⁰ da aldeia, portanto, não se

¹⁰ Era uma subdivisão Ática, região da Grécia aos redores de Atenas. O termo também designava subdivisões de terras nas áreas rurais.

tratava de uma propriedade particular, mas um tipo de propriedade coletiva desse grupo rural. O cultivo dessas terras era baseado no sistema *open-field*¹¹, provavelmente de tempos em tempos eram feitas novas realocações. No que diz respeito à tenência da terra, havia certa similaridade com a civilização Hititas, da região da Anatólia, que distinguiam de duas maneiras a tenência das terras:

A do homem do serviço feudal, guerreiro, depende diretamente do palácio e volta para este quando o serviço não é mais certo. Em compensação, os "homens de ferramentas", isto é, os artesãos, dispõem de uma terra dita "de aldeia", que a coletividade rural lhes concede por um tempo e que recupera, quando partem (PALMER, 1958, p. 87-96 *apud* VERNANT, 2018, p.32).

No contexto da posse da terra, Monzani (2019), por sua vez, destaca que a economia da sociedade micênica era baseada na agricultura, especialmente no cultivo de cereais, azeitonas e uvas. A complementaridade também era alcançada através da criação e caça de animais como: ovelhas, cabras, porcos, veados e javalis. Portanto, a terra era vital para a economia do sistema palaciano.

2.1.3.3 A sociedade micênica e traços de ligação com o mundo indo-europeu

Palmer (1958, *apud* Vernant, 2018) destaca que não era somente no domínio da agricultura que a sociedade micênica se distinguiu das grandes civilizações fluviais do Oriente Próximo. O palácio como centro da vida social apresentava traços que ligavam a sociedade micênica aos povos indo-europeus. A semelhança com os indo-europeus hititas é surpreendente, principalmente no que concernem as características da organização militar.

Os Hititas reuniam em torno do rei os personagens mais próximos. Essas pessoas exerciam altos cargos no palácio, destacando as funções administrativas e comandos militares. Na sociedade hitita havia o *pankus*, uma assembleia que representava a comunidade hitita, agrupando em torno de si um grupo de guerreiros que eram apartados do resto da população (pastor, agricultor e homem da aldeia).

Embora os micênicos aparentassem ter fortes traços dessa sociedade, havia certas diferenças no modelo de administração, pois a realeza hitita aproximava-se do modelo de monarquias absolutas orientais, que se apoiava em uma classe de nobres, cujos serviços militares abriam prerrogativas políticas. Na sociedade micênica isso era diferente, ela possuía uma hierarquia de administradores com total dependência do rei. A administração palaciana estava intimamente ligada a um vínculo pessoal de submissão ao soberano.

¹¹ Uma tradução literal no idioma inglês seria campo aberto.

Outra característica da economia palaciana era a divisão das tarefas por especialização das funções. Havia uma série de fiscais e chefes de fiscalização dos serviços e que, por delegação do rei, detinham grande autoridade sobre os súditos.

As ligações com os hititas parecem ter sido muito fecundas ao observar as diferenças que separam o mundo micênico dos minoicos, e que teria servido de modelo para eles. A diferença entre essas duas realezas é perceptível na arquitetura de seus palácios. Os palácios de Creta eram de certa forma, um tanto quanto desorganizados, ao passo que os solares micênicos detinham uma melhor organização e foram construídos pensando em uma forma de defesa, principalmente a defesa dos tesouros da realeza. Ao comparar esses dois mundos, percebe-se essa importante diferença, a sociedade micênica era guerreira e seus palácios dispunham de fortalezas, o que não era o caso dos palácios minoicos.

Embora as informações sobre a sociedade micênica sejam bastante fragmentadas, Vernant (2018) conclui através de seus detidos estudos, que algumas conclusões podem ser tiradas, mesmo que de forma generalizada, vejamos:

- **Em primeiro lugar, o aspecto belicoso**

"O *ánax*¹² apoia-se numa aristocracia guerreira, os homens dos carros, sujeito à sua autoridade, mas que formam, no corpo social e na organização militar do reino, um grupo privilegiado com seu estatuto particular, seu gênero de vida próprio." (VERNANT, 2018, p. 35).

Como visto, a aristocracia guerreira se destacava junto à realeza micênica por desempenhar um importantíssimo papel naquela sociedade, que era o de defesa do reino e preservação do tesouro real.

- **Em segundo lugar, as comunidades rurais**

As comunidades rurais não estão numa dependência tão absoluta em relação ao palácio que não possam subsistir independentemente dele. Abolido o controle real, o *damos* continuaria a trabalhar as mesmas terras segundo as mesmas técnicas. Como no passado, mas num quadro doravante puramente aldeão, ser-lhe-ia necessário alimentar os reis e ricos homens do lugar, por meio de remessas, presentes e prestações mais ou menos obrigatórias (VERNANT, 2018, p. 35).

Podemos abstrair dessa passagem que com a queda da realeza micênica as comunidades rurais, uma vez que mantinham certa independência, conseguiram subsistir mais ou menos intactas.

¹² *Ánax*, uma espécie de Rei Divino.

- **E por fim, a organização do palácio**

A organização do palácio com seu pessoal administrativo, suas técnicas de contabilidade e de controle, sua regulamentação estrita da vida econômica e social, apresenta um caráter de plágio. Todo sistema repousa no emprego da escrita e na constituição de arquivos. São os escribas cretenses, postos aos serviços das dinastias micênicas, que, transformando o linear em uso no palácio de Cnossos (Linear A) para adaptá-los ao dialeto dos novos senhores (linear B), levaram-lhe os meios de implantar na Grécia Continental os métodos administrativos próprios da economia palaciana. A extraordinária fixidez da língua das plaquetas pelo tempo (mais de 150 anos separam as datas dos documentos de Cnossos e de Pilos) e no espaço (Cnossos, Pilos, Micenas, mas também Tirinto, Tebas, Orcómeno) mostra que se trata de uma tradição mantida nos grupos estritamente fechados. Aos reis micênicos esses meios especializados de escribas cretenses forneceram, ao mesmo tempo que as técnicas, os esquemas para a administração de seu palácio. (VERNANT, 2018, p. 36).

A forma como essa organização palaciana era administrada mostra que as monarquias da Grécia tinham uma enorme afeição por esse sistema palaciano, pois essa constituição burocrática dava aos reis um incrível instrumento de poder em suas mãos. Desse modo, era possível ter um rigoroso controle do Estado, mesmo se esse Estado constituísse de territórios extensos, como era o caso dessas antigas sociedades. O rei detinha em seu poder uma direção única de todos os recursos disponíveis, bem como de toda a força militar.

2.1.3.4 A queda do poder micênico

De acordo com Vernant (2018), o declínio do poder micênico e o avanço dos dórios no território hélade inauguraram uma nova fase da civilização grega, quando o modo de vida da sociedade passou por profundas mudanças. Essas mudanças variaram desde a substituição do bronze pelo ferro até mudanças nos rituais fúnebres, onde o falecido passou a ser cremado e não mais enterrado. A produção de utensílios cerâmicos também sofreu mudanças significativas, como é o caso dos vasos: sua decoração passou a incorporar elementos geométricos, substituindo as tradicionais imagens de animais e plantas que existiam nesses utensílios. Essa mudança revela a exclusão do ingrediente místico da tradição anterior, ou seja, a tradição palaciana.

Esse período viu uma série de inovações até então impensadas pelo povo grego, o qual percebeu a ruptura com a realeza, dos heróis, da mitologia que já não se encaixavam mais nessa nova realidade. Houve uma enorme distância entre os homens e os deuses, o *ánax*, o soberano da realeza micênica já não existia mais.

A queda do poder micênico trouxe essa mudança social e impactou diretamente nas formas do pensamento, sendo que a linguagem ganhou destaque nesse novo cenário. Constatou-se que um grande número de palavras da era do *ánax* acaba desaparecendo quase que por completo, como é o caso de títulos, cargos de funções civis e militares; a palavra *basileu*, por exemplo, já não tinha o mesmo significado dos tempos micênicos.

Contudo, com a crise palaciana, pensava-se que não haveria mais nenhuma comparabilidade, nenhuma continuidade entre o mundo micênico e o mundo homérico, mas não foi bem assim. Mesmo após essas mudanças, alguns pequenos reinos mantiveram as mesmas características de outrora, com seus *basileus*, suas assembleias, enfim, de forma silenciosa, alguns aspectos da realidade micênica continuavam sobrevivendo.

Por meio dessas mudanças, pôde-se observar que existiam duas forças sociais incompatíveis entre si, a saber, a comunidade aldeã e a aristocracia guerreira. Então, com o fim do sistema palaciano essas duas forças colidiram, o que levaria à reflexão moral e uma especulação política que definiria a primeira forma de sabedoria humana.

A invasão dórica acabou por dissolver o sistema palaciano que concentrava o poder no monarca. Com o desaparecimento da figura do *ánax*, ocorreu a separação do comando (*arché*) da realeza.

Quando Atenas passa a ser uma *pólis* democrática, os comandantes (denominados *arcontes*) acabam sendo escolhidos por uma eleição, tendo a função de comando militar que os basileus exerciam, esses se limitando a partir dessa mudança, a exercerem somente certas funções sacerdotais.

Com o desaparecimento do *ánax* acontece uma fragmentação de diversos poderes locais denominados *genes*. O poder não está mais concentrado em uma pessoa, num único indivíduo, ele agora se encontra dissolvido de certo modo na *ágora*; as decisões políticas sendo realizadas por meio de argumentos e discursos persuasivos. Portanto o estado, a *arché* não é mais uma propriedade exclusiva de alguém, ela passa a alcançar os *gene* e as demais pessoas da comunidade.

Essa nova sociedade trouxe uma transformação muito significativa com relação à concepção de poder do homem grego. O surgimento da *pólis* como centro do poder na Grécia, substituindo o poderio dos palácios deu um novo sentido à vida social e às relações entre os homens. A palavra ganha uma força extraordinária como meio de poder, na disputa e no domínio sobre o outro. Portanto, trata-se de uma mudança significativa, uma vez que nos tempos da realeza micênica a única palavra que prevalecia era a do rei. Já na *pólis*, isso muda da água para o vinho: as decisões passam a ser resolvidas na praça pública (*ágora*), através do

enfrentamento de discursos e argumentações contrárias. Finalmente, aparece na *pólis*, a cidadania, que vai permitir aos cidadãos de participarem das decisões sociais e políticas.

Ao escrever sobre a queda do poder micênico, Vernant (2018) cita as lendas reais atenienses para ilustrar essas circunstâncias. Essas lendas narram uma crise de sucessão familiar, a qual, em vez de se pautar pelo triunfo de um pretendente sobre os demais e pela concentração de toda a *arché* em suas mãos, levou à divisão da soberania, da *arché*. Ao invés de enfatizar uma única característica que regia a vida social, ela acaba por enfatizar múltiplas funções, que se opõem umas às outras e precisam ser divididas e delimitadas.

Então, em meio a essa crise, aparecem quatro princípios que são concorrentes: um princípio religioso, um princípio de força guerreira, um princípio com fortes ligações com a terra e suas virtudes e por fim, outro, relacionado aos poderes mágicos. Como todos esses princípios eram concorrentes, mas ao mesmo tempo relacionados, surge o espírito de *agón*¹³. Esse espírito agonista no nascimento da *pólis* desempenhou um papel importante no campo da política, uma vez que ela própria assumiu a forma de *ágon*, ela passou a ser uma disputa da oratória, a competição de argumentos cuja arena era a praça pública, a *ágora*.

Nesse processo de transição monarquia-democracia, conforme trazido por Vernant (2018), a *arché* não era mais a propriedade única de ninguém. A partir desse ponto, o Estado se despojou de toda a sua privacidade, de sua particularidade e passou a ter diversas questões para serem debatidas por parte da maioria das pessoas, com exceção das mulheres, os estrangeiros e os escravos. Apareceu um espaço social inteiramente novo, as construções urbanas não eram mais agrupadas como antes em torno do palácio real e cercado de fortificações. Começou a surgir no horizonte algo totalmente diferente do até então vivido pela sociedade grega, essa novidade nada mais era do que o surgimento da *pólis*.

O nascimento da cidade-estado foi um evento de grande importância intelectual e institucional para os gregos. O mito já não tinha mais a força que carregava à época dos grandes palácios. Embora não tivesse deixado de existir, não era mais suficiente para responder aos anseios da sociedade. A vida social e espiritual dos gregos sofre então profundas mudanças com o advento da cidade-estado, pois a *pólis* vai se caracterizar principalmente pelo uso proeminente da palavra pública e pela cidadania, que seria então, o direito de poder participar da vida social e política.

Ao finalizar esse breve recorte sobre os Aqueus e com o intuito de ilustrar o trabalho, seguem algumas imagens das ruínas do período Micênico.

¹³ "[...] disputa por excelência, que operava em todas as ocupações culturais (no atletismo, nas artes, na oratória, na política e na filosofia)" (HATAB, 2010, p. 26).

Figura 5 – Sítio arqueológico de Micenas.



Fonte: Google Imagens (2021).

O arqueólogo alemão, Heinrich Schilemann foi o responsável pela descoberta das ruínas de Micenas, no ano de 1970.

Figura 6 – Portal dos leões – Micenas.



Fonte: Google Imagens (2021).

Esta era a entrada norte da acrópole de Micenas, uma espécie de guardiões do palácio de Micenas. Embora seja chamado de portão dos leões, na verdade são duas leas flanqueando uma coluna cretense.

Figura 7 – Plaqueta de barro em linear B.



Fonte: Google Imagens (2021).

Os micênicos desenvolveram um tipo de escrita, denominado linear B, que foram decifrados recentemente e só assim foi possível conhecer o incrível modo de vida desses povos.

2.1.4 O surgimento da *pólis*, as cidades-estados

Para Marcondes (2007), a *polis* surgiu como resultado da decadência da sociedade micênica, que dentre outros fatores que marcaram sua queda, destaca-se a invasão da Grécia pelas tribos dóricas oriundas provavelmente da Ásia Central, que ocorreu aproximadamente entre os anos de 900 e 750 a. C.

Com a queda da realeza micênica, o mundo grego adentra em seu período obscuro, que ocorreu por volta dos séculos XII ao IX. Somente a partir do século VIII e VII que começam então a surgir as primeiras cidades. A partir do nascimento da *pólis* observam-se profundas transformações no mundo grego, dentre outras, destaca-se a participação ativa das pessoas qualificadas no meio político, bem como uma secularização da sociedade. Mesmo havendo esse ponto de inflexão, isto é, a saída de uma sociedade palaciana para adentrar-se nesse novo sistema urbano, a religião continuava "divina", porém de outra forma. O que acontece é que surgem nas cidades os templos públicos, abertos às visitas e não mais

cercados de mistérios e ocultismos que reinavam na sociedade micênica. O templo será visto mais à frente nesta monografia.

Já para Guarinello (2013) a *pólis* pode ser vista sob uma ótica dos processos de integração do Mediterrâneo. O surgimento da *pólis* se deu após as diversas conexões que os povos faziam através do mar. Com essa facilidade que a navegação permitia, principalmente no tocante às trocas comerciais de produtos/mercadorias, o nível de riqueza e de produtividade aumentou em diversas regiões. Além da elite e dos comerciantes, muitos outros cidadãos comuns se beneficiaram dessa situação, como os camponeses e artesãos, que prosperavam através dos produtos/peças produzidas.

As tecnologias que eram utilizadas na época foram fundamentais para dar impulso a essa prosperidade. Desta feita, o artesanato passou a ter oficinas estáveis, o aperfeiçoamento da produção do ferro e, por fim, uma grande demanda por mercadorias, como o vinho e azeite e os demais bens produzidos contribuíram para esse sucesso comercial. Portanto, a terra, o trabalho desenvolvido nas comunidades, o comércio, a integração com outros povos e a ruptura com pensamento mítico foram os principais aspectos por detrás do surgimento da *pólis*.

E por fim, Vernant (2018, p. 53) entende que "o aparecimento da *pólis* na história do pensamento grego foi um acontecimento decisivo". A cidade-estado nasceu no período antigo entre os séculos VIII e VII a C. e com essa novidade, muitas mudanças aconteceram nas relações sociais da sociedade grega. Com destaque para a palavra, que se tornou uma ferramenta política, a chave de toda a autoridade no Estado, como também a mudança na maneira de pensar, privilegiando a razão em detrimento ao pensamento mítico. A publicidade e a escrita também passaram a ter uma grande relevância nessa nova sociedade.

A praça pública, a *ágora*, um espaço comum para o qual eram levados os problemas que interessavam e que afetavam a vida dos cidadãos daquelas comunidades e época, foi algo extremamente significativo do ponto de vista político. Era nesse espaço público que as questões políticas, sociais e judiciais eram amplamente debatidas e definidas. Nesses debates, a palavra ganhou o seu protagonismo através do contraditório, das discussões e das argumentações. Ganhou prevalência o visível contra o invisível, o autêntico contra o ilusório, o certo contra o incerto. A razão, finalmente, em que pesem as dificuldades, foi substituindo paulatinamente o pensamento mítico; no entanto, essa é apenas uma tese possível. Para autores como Burnet (2006), por exemplo, entre o pensamento mítico e o racional houve uma verdadeira ruptura, impossível de ser explicada em termos de causalidade histórica e que, por essa razão, foi chamada de "milagre grego".

2.1.5 O surgimento da razão na *pólis* grega

Segundo Vernant (2018) o nascimento da razão na *pólis* grega tem uma data de nascimento, que teria acontecido no início do século VI a. C. na Mileto Jônica. Os milesianos Tales, Anaximandro e Anaxímenes desenvolveram um modelo inédito de reflexão acerca da natureza. Eles conduziram uma investigação sistemática sobre o mundo, apartado das cosmogonias e dos elementos sobrenaturais comuns até então na mitologia. Segundo esses primeiros filósofos, a compreensão do mundo não dependia mais das figuras mitológicas, sobrenaturais e nem dos deuses que a religião oficial faziam alusão às forças da natureza; para eles, nada existia que não fosse a natureza, a compreensão do mundo estava no próprio mundo.

Mas todas essas reflexões sobre a natureza surgiram espontaneamente nas mentes desses filósofos? Vernant responde que não, para que eles chegassem a esse tipo de reflexão, precisaram expressar um vocabulário mais abstrato e laico sobre o conceito de mundo articulado pela religião. Uma das grandes questões colocadas pelos Milesianos era: como esse universo organizado em perfeita harmonia emergiu do caos? Assim, através do mito do gênesis, eles conseguiram encontrar explicações para tentar entender essa grande questão filosófica.

Eles tinham consciência de que as forças ativas da natureza eram consideradas em certa medida, divinas, e quando a natureza operava, estava repleta de sabedoria e justiça, que por sua vez tinha a mesma característica de Zeus¹⁴. Desta forma, o pensamento dos jônios é dessacralizado porque não interpreta mais o mundo através de mitos religiosos, deuses e heróis, e não está mais ligada à função que os mitos desempenhavam na sociedade grega. Assim, percebe-se que essa filosofia estava diretamente relacionada à *pólis*, caracterizado pela secularização e uma racionalidade da vida social.

Importante destacar que, embora essa filosofia seja considerada a gênese do pensamento científico, ela é irrelevante para a ciência moderna, uma vez que não leva em conta a necessidade de experimentação.

Uma constatação que Vernant (2018) faz e que é muito pertinente, diz respeito ao mito de soberania. Na realeza micênica esse mito era tido como um modelo de explicação para aquele mundo antigo e centralizado em um soberano. No entanto, com o declínio da realeza micênica, indiscutivelmente tudo estava a favor do surgimento de novas formas destinadas a explicar o universo. A filosofia aproveitando desse momento encontra então terreno fértil para

¹⁴ O deus da mitologia grega, o senhor dos humanos, o mais alto representante dos deuses que viviam no Monte Olimpo.

se estabelecer, tendo como um dos primeiros desafios, o de tentar explicar a origem do cosmo, através de observações da natureza.

Vimos acima que os filósofos jônicos tiveram um papel fundamental na tentativa de explicar o cosmo, mas foi Anaximandro, segundo Vernant (2018), quem melhor apresentou um esquema de explicação do universo. Esse esquema considerado bastante convincente, se comparado com o de seus contemporâneos, os quais embora fossem revolucionários, ainda deixavam lacunas e questões em aberto. Mas como Anaximandro pensou esse modelo que marcou a cosmologia grega? Para construí-lo, ele buscou elementos da astrologia babilônica e da astronomia geométrica dos gregos, adquirindo assim um vocabulário inteiramente próprio para essa explicação. Desta forma, ele conseguiu criar uma maneira completamente nova de ver e entender o universo sem ter que fazer analogias com o pensamento mítico.

Para Anaximandro, a terra estava no centro do universo e, por isso, não precisava ser dependente de nenhuma outra força que a sustentasse. Para ele, a terra estava constantemente fixa e mantinha um equilíbrio simétrico com todas as outras forças do universo. Ele entendia que no cosmo não havia uma hierarquia de ordens, todas as potências do cosmo estavam em perfeito equilíbrio, o qual se dava pela dinâmica dos conflitos entre essas forças. Ora uma dominava e a outra cedia e assim sucessivamente. Essa alternância refletia em tudo que existe no universo, passando pela regulação das estações do ano até no funcionamento do corpo humano. Esse ciclo regular fazia passar a supremacia de uma potência à outra entre o domínio e a submissão.

Nesta mesma linha de explicação para o surgimento da razão na pólis grega, Marcondes (2007) também destaca que a passagem do pensamento mítico para o pensamento racional se deu por volta do século VI a. C., na Grécia Antiga. Mas não foram só os gregos; muitos e diferentes povos da antiguidade como os assírios, babilônios, chineses, indianos, egípcios, persas e hebreus, todos tinham a sua própria maneira de explicar os fenômenos e processos naturais. Mas somente os gregos conseguiram alcançar uma forma de pensar voltada para a compreensão dos fenômenos naturais, buscando verdades para explicar o funcionamento das coisas e do universo.

É na cultura grega que se pode identificar o princípio desse tipo característico de pensamento, isto é, um pensamento racional que vai romper com um pensamento mítico que tinha suas explicações baseadas na cosmogonia e não na cosmologia.

Para o autor, o pensamento mítico é uma forma em que determinada cultura ou povos conseguem explicar os aspectos essenciais da realidade em que vivem: por exemplo, a origem do mundo, como funciona a natureza em todos os seus aspectos, a origem dos povos e os seus

valores, dentre outras diversas questões que necessitam de uma resposta, mesmo que tal resposta contenha um viés ficcional.

Um mito caracteriza-se pela forma como é interpretado, pelo tipo de discurso em que existe. O termo grego *mythos* significa um discurso ficcional, uma narrativa e que, por muitas das vezes, pode ser entendida como algo ilusório, sem um valor de verdade. Contudo, falar que explicações míticas são falsas, mentirosas é bastante controverso, considerando que eles, os mitos¹⁵, constituíam a fonte de conhecimento, de explicação e de ensino (*paideia*)¹⁶ para os gregos.

As narrativas míticas fazem parte da tradição, da cultura, do folclore de um povo, logo, não existem autorias dos mitos, não existe uma origem cronológica desse tipo de pensamento, bem como a transmissão do conhecimento mítico geralmente é feita de forma oral e passado de geração para geração. Na visão de Haverlock (1996), a cultura oral dos mitos pelos poetas constituía a "enciclopédia" dos gregos, podia-se dizer que era a "sua memória".

O mito, por fazer parte da cultura de um povo, vai caracterizar-se na visão de mundo dessas pessoas, porquanto, uma forma particular de vivenciar tal realidade. Dessa maneira, o pensamento mítico vai pressupor que os indivíduos vão aceitar, vão aderir à maneira de como vão experimentando a realidade em que os cercam. Não há justificativa, crítica ou base racional na mitologia, então, dentro dessa premissa, não há como questionar a mitologia porque ela constitui a visão de mundo dos membros de uma determinada sociedade. A mitologia apela ao oculto, ao sobrenatural, ao imaginário, ao divino e à magia para explicar a realidade. Sendo assim, este é considerado um dos principais pontos para orientar o pensamento mítico. Para essa maneira de pensamento, tudo o que acontece ao homem e à natureza tem uma interpretação a partir da realidade externa que rege o mundo e, portanto um ser mitológico.

Já a razão na Grécia Antiga vai nascer, grosso modo, justamente quando os milesianos começam a questionar a explicação da realidade oferecida pelo pensamento mítico. O pensamento mítico trazia consigo uma característica um tanto quanto paradoxal: por um lado, tentava explicar a realidade, mas por outro lado recorria ao sobrenatural, ao mistério para fornecer as explicações necessárias dessa mesma realidade. Logo, o conhecimento fornecido

¹⁵ Como será exposto na República, os mitos, enquanto "discursos mentirosos" serão aqueles pelos quais se iniciará a educação das almas das crianças gregas (República, livro II, 376e-377d).

¹⁶ Diz-se do modo de compreensão dos ideais de educação da Grécia Antiga.

pelo pensamento mítico encontrava a barreira do inexplicável, ou seja, a impossibilidade do conhecimento.

Os milesianos então tentaram buscar uma explicação sobre o mundo da *physis*, ou simplesmente para tudo aquilo que existe. Para essa empreitada, basearam-se, sobretudo, em causas naturais, considerando que a escola jônia, na qual pertenciam os primeiros filósofos, tinha esse viés naturalista. Para esses pensadores não era necessário recorrer ao mito para entender o funcionamento do mundo. A chave para a explicação de como surgiu o mundo estaria no próprio mundo e não em fantasias mitológicas.

Mas mesmo com o surgimento da razão ou do pensamento filosófico-científico que apresentaram uma ruptura com o pensamento mítico, não quer dizer que tudo isso se deu de forma imediata, completa. O surgimento da razão nesse contexto não significou a extinção do mito, ele sobreviveu, mas com o passar do tempo foi mudando a sua função, isto é, passou a ser parte de uma tradição, da cultura do povo grego ao invés de ser o elemento primordial de explicação da realidade.

A perda do poder explicativo que o mito detinha arrastou por um longo período de transição e transformação da sociedade grega, tornando, assim, possível o surgimento da razão no século VI a. C. À medida que surgem novas organizações sociais e suas necessidades mudam, não é mais razoável buscar explicações no sobrenatural e no oculto. Naquela época, a sociedade estava mais preocupada com suas realidades concretas, mais preocupada com as trocas comerciais e mais preocupada com políticas mais intensas. É nesse contexto, portanto, que a razão ganha o merecido destaque.

Como visto, a razão, o pensamento filosófico, vai surgir lá nas colônias gregas do Mediterrâneo Oriental, no mar Egeu, onde hoje se encontra a península da Anatólia, na Turquia. E essa localização fará toda a diferença, como veremos a seguir.

O principal destaque dessas colônias recaiu sobre as cidades-estados de Mileto e Éfeso. Nessas cidades, havia os portos e entrepostos mais importantes, e muitas vezes se descobriu que caravanas do Oriente, como a Mesopotâmia, a Pérsia e até a Índia e a China, poderiam estar envolvidas nesse intenso comércio.

Como havia essa importante rota comercial nessas cidades, muitas e diferentes culturas teriam que conviver de forma pacífica e harmoniosa, considerando os interesses comuns entre aqueles povos. As colônias gregas do mar Jônico eram consideradas cidades cosmopolitas, devido a diversidade cultural que ali existia, com muitas e diferentes tradições, línguas, cultos e inclusive mitos diferentes.

Pelo que se percebe, é devido a essa influência de diferentes tradições mitológicas que o mito deixou de ser algo absoluto para ser relativizado. Os gregos, ao confrontarem as diferenças de tradições dos povos que ali conviviam, perceberam que aquele caráter global e absoluto da explicação mítica não faria muito sentido, uma vez que os mitos tinham origem no meio cultural, não era um conhecimento absoluto e tampouco fonte de todo o entendimento. Cada povo tinha a sua forma de ver o mundo, de adquirir e transmitir esse saber.

Destarte, as sociedades estavam em franca ascensão nas práticas comerciais e em outros interesses de importância para as cidades, fazendo com que o mito e as tradições religiosas perdessem gradativamente a sua importância.

Diante de todo esse pano de fundo, seria uma hipótese muito plausível e convincente que, do ponto de vista histórico, social, geográfico e econômico pudesse explicar o surgimento dessa razão, que se aparta em grande medida do pensamento mítico.

2.1.6 Percepções acerca do pensamento filosófico-científico

No século VI a. C. despontam nas cidades jônias, com destaque para a cidade de Mileto, os primeiros pensadores que os gregos consideram como sendo os primeiros filósofos, sendo eles: Tales, Anaxímenes e Anaximandro.

Segundo Marcondes (2007), esses pensadores foram importantes para o desenvolvimento do pensamento racional e científico. Eles propõem um conjunto de conceitos com características centrais e rompem com o pensamento mítico, tentando explicar a realidade e desenvolvendo conceitos básicos sobre a teoria da natureza.

Mesmo nesse momento incipiente, com noções um tanto quanto obscuras e imprecisas, é possível dizer que a filosofia, o pensamento racional surgem a partir dessas noções que são: a *physis*, a causalidade, o elemento primordial (*arché*), o cosmo, o *logos* e o desenvolvimento de um caráter crítico ou uma atitude crítica, que se desprendia das crenças e dogmatismos. Passaremos a abordar essas características básicas do pensamento filosófico-científico.

2.1.6.1 A physis

Segundo Botelho (2015), Tales de Mileto, o pai da filosofia, foi o primeiro filósofo a abordar um problema que moldou profundamente a filosofia grega desde então. A questão colocada por Tales, transmitida a nós através de fragmentos relatados por outros filósofos, equivale à *physis*. A palavra tinha múltiplos significados na época, como processo de

crescimento, energia criativa, fonte original, e até mesmo significava a matéria-prima de tudo que existe na natureza. Para esse Filósofo, todas as coisas existentes têm em sua composição uma determinada *physis*, o autor cita alguns exemplos, vejamos: "em um tronco de árvore, a *physis* é a madeira e a seiva, em uma montanha, é a rocha, a terra, os minérios; no corpo humano, a carne, o sangue, etc." (BOTELHO, 2015, p. 31).

Considerando que a *physis* estava presente em tudo que havia no mundo, como nas árvores, nos animais, nos seres humanos, nas montanhas, nos rios, nos mares etc., Tales observando criteriosamente o que se passava ao seu redor, resolve questionar-se: qual seria *physis* do Universo? A resposta a esta questão seria algo relacionado à compreensão da realidade natural, que estava intrinsecamente na própria realidade do mundo e não fora dele.

2.1.6.2 A Causalidade

De acordo com Marcondes (2007) o conceito de causalidade seria o principal recurso utilizado por esses primeiros filósofos para explicar racionalmente a natureza. Quando se estabelece uma conexão de causa e efeito entre determinados fenômenos naturais, concebe-se assim uma elementar forma de explicação científica. Então, é por esse motivo que nos primórdios do pensamento racional os primeiros filósofos formularam teorias a respeito daquilo que é palpável, real, apartando-se do mito. Pode-se dizer que com essas teses teve início o pensamento racional e científico.

No entanto, o autor apresenta uma ressalva a respeito do nexo causal, que deve ser observada:

É importante, entretanto, que o nexo causal se dê entre fenômenos naturais. Isto porque podemos considerar que o pensamento mítico também estabelece explicações causais. Assim, na narrativa da guerra de Troia na *Ilíada* de Homero vemos os Deuses tomar o partido dos gregos e dos troianos e influenciar os acontecimentos em favor destes ou daqueles. Portanto, fenômenos humanos e naturais têm nesse caso causas sobrenaturais. Trata-se de uma explicação causal, porém dada através da referência a causas sobrenaturais. É por isso que se distingue a explicação filosófico-científica da mítica é a referência apenas a causas naturais (MARCONDES, 2007, p. 24).

Com a noção de causalidade surgiu um problema, a regressividade, em que a explicação de um determinado fenômeno implicaria sempre em buscar uma causa anterior, cada vez mais básica, tendendo ao infinito. Se assim fosse feito, toda essa explicação de causalidade não teria sentido algum, uma vez que a explicação redundaria em algo inexplicável, misterioso, algo que já era contemplado pelo mito. Os pensadores daquela

época, ao perceberem esse problema, ou seja, a regressão ao infinito estabeleceram uma causa primeira. É exatamente nessa causa primeira que vai ser encontrada a noção do elemento primordial, a *arché*.

2.1.6.3 Elemento primordial (*arché*)

Pelo que foi visto acima, a noção de causalidade poderia invalidar essa explicação racional, no entanto, para evitar uma regressão infinita de explicações causais que levariam a resultados insatisfatórios, Marcondes (2007) esclarece que esses filósofos assumiriam a existência de um elemento primitivo como ponto de partida para todo o processo. O primeiro a propor esse conceito foi Tales de Mileto, que afirmou que a água era o elemento original. Não se sabe qual o motivo que levou o filósofo Tales escolher a água, mas uma das hipóteses é porque a água é o único elemento da natureza que existe nos três estados da matéria, sólido, líquido e gasoso; outra hipótese seria a da influência dos antigos mitos do Egito e da Mesopotâmia, civilizações antigas que prosperaram em regiões áridas aproveitando-se dos deltas dos rios. Na visão de Tales, a água aparece nessas circunstâncias como fonte de vida. Essa observação feita por Tales teve grande contribuição para o desenvolvimento do pensamento racional, não por ter escolhido a água, mas por ter pensado na ideia de uma causa primeira que conferisse unidade à natureza.

Outros pensadores tidos como pré-socráticos apresentaram posições divergentes da de Tales, de que a água seria o elemento primordial, a causa primeira. Anaxímenes e Anaximandro, por exemplo, tinham outra ideia a respeito do elemento primordial. Para Anaxímenes, a causa primeira seria o ar. Já Anaximandro achava que o *apeiron* (o ilimitado), seria o princípio de tudo. Outro filósofo, Heráclito, entendia que o princípio de tudo era o fogo; Demócrito o átomo; Empédocles afirmava que o princípio de tudo era a terra, a água, o ar e o fogo. Essa tese defendida por Empédocles foi muito difundida, principalmente na Antiguidade, influenciando o pensamento ocidental até meados do século XVIII da nossa era.

Para esses primeiros filósofos, a noção de *arché* teve significativa importância, uma vez que eles tentaram dar uma explicação da realidade em um sentido mais profundo, estabelecendo um princípio fundamental que perpassa toda a realidade, de alguma forma unificando-a e, ao mesmo tempo, sendo um elemento natural fundamental. Tal princípio daria justamente a esse tipo de explicação um caráter comum, permitindo que fosse considerado o primeiro da ciência.

2.1.6.4 O Cosmo

O cosmo, o mundo natural, organizado de maneira racional, dentro de uma ordem, de uma lógica, apresentando uma harmonia em todos os seus aspectos. Nesse sentido, Marcondes (2007) também explica que a ideia básica do universo (o cosmo), trata-se de uma ordem racional, existindo uma hierarquia em que determinados elementos são mais fundamentais e constituídos de determinada forma, sendo que a causalidade se protagoniza como a lei principal.

O universo pode ser entendido como ordem, em oposição ao caos, que é justamente a falta de ordem, o estado da matéria antes de sua organização. Os milesianos perceberam que essa organização do cosmo advinha de uma ordem racional, ou seja, são justamente os princípios e as leis que regem essa organização da realidade. Por existir uma racionalidade no mundo, o ser humano então consegue compreender essa noção de cosmo.

O cosmo sempre foi de uma importância singular, desde os primórdios da humanidade os homens têm um verdadeiro fascínio por ele, o observam, o estudam, enfim, tentam buscar nele explicações convincentes e racionais acerca dos processos e fenômenos naturais.

2.1.6.5 O logos

Gaarder (2012) cita Heráclito de Éfeso, na Ásia Menor, que viveu entre 540 e 480 a. C.. Esse pensador observava que o mundo era repleto de contradições. Por exemplo, Heráclito dizia que se "jamais adoecêssemos, jamais saberíamos o que é gozar de boa saúde" ou se "jamais houvesse guerra, jamais daríamos valor à paz". Para esse filósofo, tanto o bem quanto o mal tem o seu devido lugar no todo, no universo, e essa disputa entre forças antagônicas era necessária para que o mundo pudesse existir.

O deus está presente em tudo, ele é dia, é noite, inverno, verão, guerra e paz, fome e fartura, enfim, um deus ou uma inteligência suprema, um *logos*, cujo significado pode ser entendido como razão. Mesmo diante de tantas contradições, Heráclito conseguiu ver uma unidade, um todo no meio de tudo isso. E a isso ele chamou de deus ou *logos*.

Corroborando com tal assertiva, Marcondes (2007) cita que o *logos* é fundamentalmente uma explicação em que razões são dadas. Portanto, o discurso dos primeiros filósofos que tinham por objetivo explicar o real através de causas oriundas da natureza é um *logos*. Assim, o pressuposto básico na visão dos primeiros filósofos tratava-se de uma correspondência entre a razão humana e a racionalidade sobre o real, o que então possibilitaria o discurso racional sobre a realidade.

2.1.6.6 A Atitude crítica

Nessas primeiras escolas de pensamento, principalmente na escola jônica, Marcondes (2007) afirma que o caráter crítico era a sua marca registrada. As teorias por ela formuladas não tinha a pretensão de ser tornar verdades absolutas, elas eram passíveis de discussões, divergências, concordâncias, reformulações, enfim, estava sempre aberta à debates. As teorias produzidas por aqueles pensadores não tinham um caráter dogmático, pelo contrário, elas eram incentivadas a receberem críticas. Tanto que na escola de Mileto, os principais seguidores de Tales, Anaxímenes e Anaximandro, discordaram de seu mestre que entendia ser a água a causa primeira, o elemento primordial.

Dessa divergência, eles apresentaram outros elementos que, na visão deles, seriam, respectivamente, o ar e o *apeiron* (o ilimitado), como sendo o elemento primordial. No entanto, ao acontecer essas discordâncias de pensamento, exigia-se que as novas teses fossem elaboradas, explicadas e fundamentadas por seus criadores, e novamente sujeitas às críticas. Então essa era uma das formas de aprimorar a discussão e o entendimento à respeito daquele problema.

Dentro do pensamento racional, o caráter crítico dessas novas teorias que haviam acabado de emergir do "oceano racional", ganha uma característica das mais importantes, que era a discordância, a fuga do dogmatismo e uma discussão plural das teorias acerca da realidade.

2.1.7 Considerações finais do capítulo

Em que pese esta monografia não ser um trabalho inédito a respeito do assunto em pauta, o leitor teve a oportunidade de fazer uma "viagem" no tempo, mesmo que de forma rápida e recortada. Esta viagem começou lá nos primórdios das civilizações ocidentais, com os Minoicos, os Micênicos, adentrando no surgimento da *pólis*, entendendo como surgiu a razão na Grécia Antiga, como se deu o rompimento do pensamento mítico para o pensamento racional. E, por fim, viram como os primeiros filósofos contribuíram de forma decisiva para o cientificismo, promovendo o primeiro impulso para o pensamento racional, a ciência, a atividade filosófica, a política, a democracia. Concluindo, a Grécia com seu milagre grego¹⁷ abriu as portas do conhecimento para o ocidente.

¹⁷ Basicamente é uma transição da qual se sai de uma consciência mítica e entra no pensamento racional.

2.2 CAPÍTULO DOIS: O surgimento da imagem

Nesta seção, veremos como a imagem foi importante para a cultura grega, notadamente quando aparece o advento da *pólis*, momento em que ela deixa o espaço privado dos palácios, das casas dos sacerdotes para ir morar em local público, na cidade. A comunidade agora finalmente passou a vê-la, sem as restrições e mistérios que a cercavam no mundo micênico.

2.2.1 Uma visão geral sobre o surgimento da imagem na *pólis* grega

A civilização grega é sem sombra de dúvidas privilegiada no tocante à significação das suas imagens, funções, representações figuradas e na reprodução de simulacros que projetam a aparência de coisas reais.

De acordo com Vernant (2018), a razão surgiu com a *pólis*, mas não só esse pensamento racional que se destacava, vai aparecer também para o público a imagem do deus, portanto uma novidade que até então os gregos não tinham experimentado. Essa transformação foi a passagem do símbolo divino, funcionando como presentificação do invisível a uma imagem como representação figurada dos deuses. Com o templo, a imagem passou a ter um caráter de plena publicidade, cuja função principal era a sua aparência, o fato de poder ser vista pelo público. Nesse sentido, o seu "ser" consistia em "ser percebido". Desta feita, o espectador esperava que se traduzisse para ele e de forma visível o deus invisível, e que tal imagem pudesse lhe comunicar um ensinamento sobre o divino.

As imagens nasceram num determinado momento como representação do invisível, uma representação figurada e em uma continuidade e ao mesmo tempo em uma ruptura com o que vem antes das imagens, isto é, os ídolos divinos. Essa continuidade e ruptura, acima citadas, podem ser explicadas respectivamente da seguinte maneira: tanto as imagens quanto os símbolos, permaneciam ligados ao fato religioso, e a ruptura se dava porque esse vínculo com o divino se manifestava de uma maneira totalmente distinta e com funções diferentes. Por isso, elas não tinham como função representar uma figura, mas sim presentificar o divino.

Estabelecia-se a partir desses ídolos sagrados uma comunicação com a ordem divina, além do fato de que tal comunicação permitia a quem tivesse esse privilégio, essa posse, ser merecedor de determinados poderes ligado exclusivamente a quem o detinha. Outra característica sobremaneira importante dos ídolos divinos pré-arcaicos eram as circunstâncias em que eles estavam envolvidos, quais sejam, num sistema religioso de forma privada. Por

exemplo, o "xóanon" ¹⁸ (figura 9), era um ídolo que ficava trancado em um cofre, dentro da casa de um sacerdote e proibido para o público em geral e, em determinados momentos, acontecia um tipo de "jogo" em que se "mostrava/ocultava" esse ídolo, sempre cercado de muitos mistérios. Esse evento geralmente assumia a forma de um ritual dentro de um sistema religioso e fechado para algumas pessoas envolvidas com a realeza.

No entanto, embora esse ídolo não fosse visível como uma imagem da maneira que conhecemos, isto é, uma representação figurada de alguma coisa, ele também não era invisível, como um deus. Tudo isso fazia parte desse jogo de esconde-esconde. Veremos que o antigo ídolo *xóanon* oscila entre os extremos do "secreto" e do "público".

Esses ídolos divinos foram reatualizados a partir do advento da *pólis*, como mostra Vernant (2009). Para o autor, a estatuária enquanto representação figurada nasceu solidária ao advento das cidades, e isto porque, saindo do culto privado dos ídolos divinos com todas as características, as imagens aparecem agora no espaço público, porém, não mais como presentificação do divino, e sim o representando como uma figura humana.

Na medida em que os templos gregos se tornaram um lugar de cultos públicos, as estátuas ganharam outra função. Sendo públicas, passaram a ser visíveis. Viu-se anteriormente que a publicidade era uma das grandes características das cidades, assim, é possível compreender a publicidade em duas acepções diferentes: a publicidade em oposição ao privado, isto é, o público como interesse comum e não como interesse particular; e o público em oposição àquilo que era oculto, privilégio de poucos, como dos membros da realeza.

Com o advento da representação da imagem nessas circunstâncias de publicidade, os ídolos divinos, que tinham até então tinham um papel de presentificação, ganharam outra função, qual seja, a de representar o divino na figura humana. Logo, houve uma transformação do símbolo divino de uma determinada circunstância para outra, bem como uma novidade, que seria a representação, em que o símbolo divino se tornou um espetáculo (no sentido de ser visto). Nesse ponto, uma nova mentalidade vai surgir, além de novas formas de saber, de crer e também novas formas de culto.

¹⁸ Uma palavra de origem indo-europeia (contrariamente ao termo *bréetas*, cuja acepção é próxima) está ligada ao verbo *xéō*, "raspar", que pertence ao vocabulário do trabalho da madeira. O *xóanon* é um ídolo de madeira, mais ou menos trabalhado, em forma de pilar, e cuja fatura é primitiva. Vernant (2009, p. 298)

Figura 8 – Xóanon, o ídolo arcaico.



Fonte: Google Imagens (2021).

O *xóanon*, na explicação de Vernant (2009), tratava-se de um ídolo arcaico. O autor cita que: para Pausânias¹⁹, esse tipo de ídolo comportava três características interessantes, que seriam a primitividade, a estranheza e um elemento sobrenatural, o *theíon ti*. Tratava-se de ídolos arcaicos que nada tinham a ver com as imagens cultuais comuns. Esses ídolos antigos muitas vezes desempenharam um papel de suma importância e tinham forte ligação cultural com o deus, embora não representassem formas características de imagens ou imitações de coisas conhecidas.

A origem desses ídolos também é cercada de misticismo e mistérios. Segundo se acreditava, os ídolos tidos como mais famosos não foram fabricados por nenhum ser humano habilidoso na arte e escultura. Pensava-se que fora feito por um deus e que ele ofereceu a um de seus protegidos um dom especial para receber essa dádiva. Outra crença era a de que esses ídolos tivessem caído do céu e/ou chegado até os humanos através do mar. Acreditava-se, portanto, que não tinham sido feitos por mãos humanas.

O ídolo *xóanon* não era apenas parte desse jogo de esconde-esconde, ele permanecia inseparável da operação ritual realizada nele. Ora era vestido e ora era despido; preparavam rituais para lavá-lo; o presenteavam com tecidos e véus; passeavam com ele no lado de fora da residência e depois o traziam de volta; às vezes, ele era amarrado com correntes simbólicas, fios de lã e correntes de ouro. Todo esse cuidado era porque se imaginava que ele

¹⁹ Geógrafo e viajante grego.

poderia fugir a qualquer momento. Embora o ídolo não tivesse pés, existia sim, essa crença, de que ele poderia sair de um lugar e ir para outro, e se isso acontecesse, levaria consigo os privilégios e poderes que eram associados à sua posse.

2.2.2 A imagem na Grécia Antiga

Segundo Vernant (2009), a Grécia, no período obscuro de sua história, que ocorreu por volta dos séculos XII ao VIII a. C., não tinha conhecimento sobre a escrita, nem sobre a imagem, inexistindo, até então, nenhum sistema que pudesse demonstrar qualquer tipo de representação figurada.

Então, as imagens surgem na Grécia sob a influência de modelos orientais a partir do século VIII a. C., sendo que eram trabalhadas em uma linguagem plástica nas cerâmicas produzidas. Nesses objetos cerâmicos havia uma forma de *gráphein*²⁰ com desenhos em relevo e alto-relevo, momento em que se vê o surgimento de uma figuração na Grécia. Benveniste (1932), citado por Vernant (2009), vai esclarecer que a noção de uma representação figurada na Grécia não se trata de algo inato, mas sim de uma construção que vai sendo elaborada trabalhosamente por parte de diversas civilizações. Dessa maneira, a Grécia não foi a dona desse cânone da representação figurada. Existiam diversas expressões que nomeavam o "ídolo divino" nas mais variadas formas pelo qual ele se apresentava, vejamos algumas formas citadas pelo autor:

Forma anicônica como, por exemplo, uma pedra bruta, baítulos, postes, dókana, um pilar, kíon, hérma, uma estela; aspecto teriomorfo ou monstruoso, como a Górgona, a Esfinge, as Hárprias; figura antropomórfica na diversidade de seus tipos, desde o pequeno ídolo arcaico, malformado, com os pés e pernas soldados ao corpo, como o bréatas, o xóanon, o palladión, até os Koûroi e Kórai arcaicos; e por fim a grande estátua cultural, cujos nomes são muito diversos: pode ser chamada de hédos ou ágalma assim como de eikón ou mímema, cujo uso neste sentido preciso não surgiu antes do século V a. C. (VERNANT, 2009, p. 296).

Dessas várias formas que foram chamadas de ídolos divinos, a maioria nada tinha a ver com semelhanças e/ou com relação à imitação de representação figurativa em seu sentido próprio. Assim sendo, não basta dizer que o arcaico grego antigo teve que criar uma linguagem de forma plástica a partir do nada, essa linguagem foi desenvolvida através de formas muito primitivas, tirando por base atualizações simbólicas das diferentes formas do

²⁰ Tem um amplo significado, podendo ser: escrever, desenhar e pintar Vernant (2009, p. 295).

divino. Essa imagem criada é considerada uma técnica mimética que reproduz a aparência de coisas reais na forma de simulacros.

Ao referir-se sobre o estatuto da imagem na cultura grega, o autor apresenta dois substantivos muito importantes e que chamam a atenção dos filósofos e historiadores helenistas. São as palavras: *eídōlon* e *eikón*. A etimologia dessas palavras tem uma relação muito forte com a visão e o semblante, possuindo um alcance geral e amplo na designação de imagens naturais, por exemplo: reflexo da água ou em uma superfície plana (espelho); as diversas formas de imagens que são fabricadas pelo homem, pinturas, gravuras em alto relevo e baixo relevo, imagens produzidas pela mente, enfim, qualquer figuração de deuses, animais ou objetos. Ao longo da tradição grega até a era bizantina, o *eídōlon* se aplicou às divindades que existiam apenas por sua imagem. Já o *eikón* se reservou para a representação de Deus.

De acordo com Vernant (2009), na virada dos séculos V e IV a. C., a teoria da imitação, delineada por Xenofonte²¹ e elaborada de maneira totalmente sistemática por Platão, marcou o momento na cultura grega em que se realizou uma versão na qual se leva a presentificação do invisível à imitação da aparência. Até então, havia o símbolo como uma força exterior, invisível, mas esse passou a ser figurado em imagem, e essa imagem, pelas mãos do filósofo, torna-se representação da aparência das coisas do mundo exterior, podia-se representar, imitar qualquer coisa. Através das mãos dos artífices, elas ganharam características ilusionistas, cuja denominação é nada mais, nada menos do que passou a ser chamado de arte.

Platão, no livro X da República faz duras críticas à arte da imitação e aos poetas, argumentando que sem saber quais são as obras reais, elas causam danos e destroem a alma do espectador. Portanto, com Platão já acontece um passo a mais na questão das imagens. Percebe-se que com o advento das cidades, a estatuária grega vai para o templo público, mas tratava-se de imagens intimamente associadas ao sagrado, ao divino, enfim, à religião. Platão, já em outro momento na *pólis*, vai alegar que existem agora imagens da aparência das coisas que alguns artistas estavam fazendo. Não se tem mais só a figuração dos deuses, já se figura homens comuns, objetos e etc. Essa transformação começa acontecer tardiamente, lá pelos séculos V e IV a. C. e Platão é quase um testemunho desse momento em que a imagem está perdendo o seu estatuto religioso e partindo para ser a imitação de qualquer coisa. É justamente por essa *mimésis* que Platão faz duras críticas a esses artistas tidos como ilusionistas.

²¹ Discípulo de Sócrates viveu entre 430 a. C.. a 354 a. C..

2.2.3 A novidade da *pólis*, o templo, a imagem e a publicidade

Como visto ao longo deste trabalho, com o nascimento das *pólis*, novidades foram apresentadas para o mundo grego, que até então vivia sob o domínio de uma aristocracia guerreira e de uma forma mítica que fornecia os conhecimentos necessários para a compreensão de muitas coisas. Com a *pólis*, dentre outras características já elencadas, os grandes destaque foram: a imagem, que migra para a cidade, tornando-se pública, bem como o templo, as leis e as decisões tomadas na *ágora*, isto é, todos esses elementos se revestiam de uma publicidade que até então não existia.

Vernant (2009) traz importantes esclarecimentos a respeito dessas novidades que surgem com a *pólis*. Segundo o autor, o templo é muito mais do que um espaço onde as pessoas se reuniam para cultuar as divindades. Tratava-se de uma casa, um espaço público onde o deus habitava. No entanto, esse lugar de culto era totalmente diferente do modelo anterior que existia antes da *pólis*, visto que tinha uma orientação para um determinado seio familiar. Esse novo formato de templo se voltava para fora, para a exterioridade, revestindo-se de uma publicidade inimaginável para a época (VERNANT, 2009).

Nesse edifício também residia o deus, mas não aquele deus que vivia em uma residência humana, cujas pessoas que podiam "acessá-lo" eram dotadas de privilégios. Esse "novo" deus pertencia a toda a cidade, visto que sua casa se apartou da residência familiar para pertencer ao ambiente público. No templo, o deus finalmente revelou sua presença para que todos pudessem vê-lo. Além disso, ele não era mais considerado como um sinal de privilégio para quem pudesse tê-lo e guardá-lo em casa, agora se tornou visível aos olhos da cidade, transformando em uma grande atração pública da *pólis*.

Segundo, Vernant (2009), o templo era o *link* necessário para que se pudesse ter uma compreensão do nascimento da estátua cultural, da imagem do deus, que vai apresentar uma duplicidade de caráter. Duplicidade esta que se explica, pois era uma casa exclusiva para o deus, mas ao mesmo tempo em que era um ambiente público de socialização. O templo não estava mais sob o domínio de uma realeza, esse templo fora construído pelas mãos das cidades com o objetivo de ser um espaço público. Diversos substantivos nomeavam esse templo, como por exemplo: *naós*, *hédos*, residência e sede da divindade (VERNANT, 2009).

O autor destaca que o templo tinha uma relação totalmente recíproca com o deus. Assim, o templo foi construído com a finalidade de ser habitação da imagem do deus e, por sua vez a imagem se projetava como um espetáculo aos olhos do público, mostrando dessa

feita, a presença do deus dentro da intimidade de sua morada, que era o templo público (VERNANT, 2009).

Conforme já mencionado, Vernant (2009) evidencia que com o advento da *pólis*, a publicidade aparece como uma das principais características da cidade. O templo se transforma então em um espaço público que podia ser frequentado pelos cidadãos. Dentre outras questões que se tornaram públicas, a imagem ganhou grande destaque nesse novo cenário, sendo que sua principal característica foi justamente essa, a de poder ser vista pelo público, não sendo mais necessário ficar naquele jogo de esconde-esconde dentro da casa de um sacerdote como nos tempos do *ánax*. "Livre do ritual e colocado sob o olhar impessoal da cidade, o símbolo divino transformou-se em uma "imagem" do deus" (VERNANT, 2009, p. 303).

2.2.4 Considerações finais do capítulo

Neste capítulo foi feito um recorte de como a imagem apareceu na Grécia Antiga. Antes do seu surgimento na recém-inaugurada *pólis*, havia o ídolo divino que, nos tempos pré-arcaicos, era algo totalmente revestido de mistérios, segredos e rituais próprios. Esses ídolos ficavam na casa de pessoas que possuíam determinados privilégios, “trancados a sete chaves” e proibidos para o público. Tal fato atribuía ao seu guardião certo *status*, bem como determinado poder religioso junto às demais pessoas. Afinal, em sua residência estava a presentificação do invisível, o símbolo divino, o deus.

A imagem, como o próprio nome diz, foi concebida para ser vista publicamente, constituindo uma imitação da aparência que, antes do surgimento da *pólis*, não tinha esse estatuto próprio. Mas com a queda do poder micênico, o nascimento das cidades e o surgimento da razão, a imagem se destaca. Finalmente, a imagem ganha o seu espaço junto ao público e ganha a sua morada, o templo público, adquirindo nova função ritual, que é a de ser vista publicamente, tendo como uma única realidade a sua aparência.

2.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho de conclusão de curso, buscou-se trazer dados históricos e filosóficos acerca do surgimento da razão e da imagem na *pólis* grega. Não se trata de um tema acabado, mas considera-se que apresentou uma tentativa de mostrar ao leitor como o povo grego acrescentou uma nova dimensão à história do pensamento humano. A cultura ocidental, sem sombra de dúvidas, bebe diretamente da fonte desses notáveis filósofos. O tema que norteou a escrita deste trabalho é algo que possui inúmeras literaturas a respeito, sendo impossível esgotar nestas páginas um assunto tão rico. Portanto, sabemos que muitas lacunas podem ser preenchidas por estudos futuros. No entanto, tanto o tema quanto o objetivo de estudo desta monografia acreditamos que foram alcançados, pelo menos em parte, mas as possibilidades de aprofundamento desta pesquisa continuam em aberto.

Na introdução desta monografia levantei algumas questões sobre o que aconteceu com a sociedade grega que estava acostumada a viver sob o absolutismo de um sistema monárquico, sob as crenças de uma mitologia, enfim, uma vida totalmente diferente da nova realidade que aparece com a *pólis*. Como pôde ser visto neste trabalho, houve uma ruptura com o antigo sistema palaciano, as pessoas agora estavam em um ambiente social totalmente diferente, experimentando novidades como cidadania, publicidade, escrita, participação política, um templo público que abrigava imagens e que podiam ser vistas pelas pessoas, dentre outras muitas transformações. Seria redundante repetir aqui tudo que foi levantado ao longo deste trabalho, mas em linhas gerais destaco como grandes mudanças e conquistas: a cidadania na *pólis*; a proeminência da palavra como um instrumento de poder; a plena publicidade dada às importantes manifestações da vida social; uma maneira diferente de compreender a existência do mundo, da natureza, o nascimento da razão em detrimento do pensamento mítico; uma nova função ritual da imagem, que passa a ser vista publicamente e com uma única realidade, a sua aparência, enfim foram inúmeros acontecimentos que passou a ser um divisor de águas para a sociedade grega.

Caminhando para finalização, cito Vernant (2018, p.141), que sintetiza muito bem a construção de uma razão, lá na escola de Mileto.

Advento da Pólis, nascimento da filosofia: entre as duas ordens de fenômenos os vínculos são demasiado estreitos para que o pensamento racional não apareça, em suas origens, solidário das estruturas sociais e mentais próprias da cidade grega. Assim recolocada na história, a filosofia despoja-se desse caráter de revelação absoluta que às vezes lhe foi atribuído, saudando, na jovem ciência dos jônios, a razão intemporal que veio encarnar-se no tempo.

2.4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: Introdução à Filosofia**. 6. ed. São Paulo: Editora Moderna, 2018.

BAUER, Simoni de; ALVES, Ana Cristina Zecchinelli; Caroline Silveira; OLIVEIRA. **História Antiga**. Porto Alegre: Sagha Educação, 2019.

BOTELHO, José Francisco. **Uma breve história da filosofia**. São Paulo: Abril, 2015.

BURNET, John. **A aurora da filosofia grega**. Tradução de Vera Ribeiro; revisão da tradução Agatha Bacelar; tradução das citações em grego e latim Henrique Cairus, Agatha Bacelar, Tatiana Oliveira Ribeiro. Rio de Janeiro; Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

FLORENZANO, Maria Beatriz Borba. A origem da Pólis: os caminhos da Arqueologia. In: CORNELLI, Gabriele (org). **Representações da Cidade Antiga: categorias históricas e discursos filosóficos**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2010. Disponível em: https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/31507/6/3-representacoes_da_cidade_antiga_artigo.pdf. Acesso em: 30 maio 2021.

GAARDER, Jostein. **O mundo de Sofia: romance da história da filosofia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

GUARINELLO, Norberto Luiz. **História Antiga**. São Paulo: Contexto, 2013.

HATAB, Lawrence J. **Genealogia da Moral de Nietzsche: uma introdução**. Tradução Nancy R. Juozapavicius. São Paulo: Madras, 2010.

HAVELOCK, Eric. **Prefácio a Platão**. Tradução Enid Abreu Dobránsky. Campinas, SP: Papyrus, 1996

MARCONDES, Danilo. **Iniciação à história da Filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

MONZANI, J. C. **A administração micênica em Creta: um estudo dos vasos com inscrição em Linear B**. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-27022020-141638/publico/2019_JulianaCaldeiraMonzani_VCorr_V2.pdf. Acesso em: 31 maio 2021.

MORAIS, Rui; AREZES, Andreia. **Minoicos: os guardiões da primeira civilização**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2019.

PLATÃO, **República**. Tradução Maria Helena da Rocha Pereira. 9. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbbenkian, 2001.

VERNANT, Jean Pierre. **As Origens do Pensamento Grego**. 24. ed. Tradução de: Ísis Borges B. da Fonseca. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.

VERNANT, Jean Pierre. **Entre o Mito e a Política**. 2. ed. Tradução de Cristina Murachco. São Paulo: EDUSP, 2009.



AGENOR HENRIQUE DE SOUZA

PLANO DE CURSO

Plano de Curso de Filosofia para o ensino médio apresentado ao Colegiado do Curso de Filosofia, como parte das exigências para a obtenção do título de Licenciado em Filosofia.

Prof. Dr. Luiz Roberto Takayama
Orientador

LAVRAS-MG
2022

3 SEGUNDA PARTE - PLANO DE CURSO

3.1 INTRODUÇÃO

Este Plano de Curso tem como propósito fornecer aos alunos do 1º ano do ensino médio, durante um ano letivo, uma introdução à Filosofia Antiga e a Filosofia Política. Pretende-se trabalhar com os alunos uma metodologia que possa incentivá-los a exercitarem o pensamento conceitual e não apenas fazer uma mera transmissão de informações e/ou fatos históricos, que acrescentará pouco na formação do aluno. Portanto, o objetivo principal é fazer os alunos criarem ou recriarem determinados conceitos estudados no semestre. Para isso, eles vão aprender a exercitar o espírito filosófico, questionador, que deve estar presente em cada aluno de filosofia.

Em dezembro de 2018, foi homologada a nova BNCC, contemplando o novo Ensino Médio. Várias mudanças ocorreram, dentre elas a unificação dos caminhos e objetivos de aprendizagem para a educação no Brasil, incluindo a educação entre as redes pública e privada.

Dessa forma, a BNCC não funciona como uma matriz curricular, mas como um conjunto orgânico de diretrizes para que cada instituição de ensino desenvolva seu próprio currículo escolar, levando em consideração as habilidades e competências que devem ser desenvolvidas em cada etapa de ensino.

A nova BNCC não excluiu definitivamente a disciplina de Filosofia do currículo, mas fez com que ela deixasse de ser obrigatória, permitindo que sua manutenção no currículo seja decidida nos âmbitos estaduais.

[Ainda, considerando que: “A organização por áreas [no EM], como bem aponta o Parecer CNE/CP nº 11/200925, “**não exclui necessariamente as disciplinas**, com suas especificidades e saberes próprios historicamente construídos, mas, sim, implica o fortalecimento das relações entre elas e a sua contextualização para apreensão e intervenção na realidade, requerendo trabalho conjugado e cooperativo dos seus professores no planejamento e na execução dos planos de ensino” (BRASIL, 2009; ênfases adicionadas)” (BNCC, p. 32). (grifei).] Quebra textual

Então, a partir desse entendimento, fica claro que a nova BNCC não excluiu a Filosofia do Ensino Médio, portanto, a referida disciplina continua sendo de vital importância para a formação dos jovens estudantes. Este campo do conhecimento, notadamente a Filosofia, proporcionará qualificações específicas para o pensamento crítico, livre e autônomo

e deve ser conjugado com todos os demais saberes que se constituem essenciais a uma vida digna.

Este Plano de Curso foi pensado dentro do novo modelo da BNCC, porém considerando que é facultativo à escola continuar com a disciplina específica de Filosofia, sem fundi-la com outras disciplinas das ciências humanas em seu currículo, vou assumir no presente Plano de Curso essa possibilidade.

3.2 JUSTIFICATIVA E OBJETIVO GERAL

O planejamento curricular ou plano de curso é uma ferramenta de que o professor dispõe para organizar de forma lógica os conteúdos que serão estudados ao longo do bimestre, semestre ou até mesmo do ano letivo. Aqui serão delineadas as metodologias de ensino, bem como os meios e procedimentos didático-pedagógicos para que uma aula seja ministrada com qualidade e objetividade. É de vital importância a elaboração de um planejamento bem feito, contemplando de maneira clara e objetiva como serão ministradas as aulas ao longo do período planejado. No entanto, é importante que esse planejamento não se torne uma metodologia estanque, dificultando o trabalho do professor e consequentemente afetando negativamente a aprendizagem do público discente.

Com a elaboração de um bom Plano de Curso, todos saem ganhando, a escola, o professor e principalmente os alunos, pois as aulas seguirão uma sequência lógica, sem improvisos, com organização e respeito aos alunos. Um bom plano de curso que seja exequível é condição básica para atingir resultados satisfatórios no processo de ensino/aprendizagem.

Esta proposta é dirigida aos alunos do 1º Ano do Ensino Médio que se dedicarão ao estudo de temas importantes relacionados à Filosofia Antiga e Filosofia Política, no que concerne aos problemas levantados pelos filósofos daquela época, e que de alguma forma continuam atuais.

Para o escopo do curso não serão levantados os diversos assuntos que se fazem presentes tanto na Filosofia Antiga como na Política, considerando que seria uma missão impossível. No entanto, os alunos terão a oportunidade de exercitar o pensamento conceitual ao longo das aulas, em um esforço conjunto do professor e aluno.

Posto isso, o objetivo geral do presente Plano de Curso é despertar nos alunos formas de fazê-los exercitar o pensamento conceitual, formando dessa maneira, cidadãos com visão crítica e participativa junto à sociedade. Através de pistas metodológicas, como no caso dos quatro passos didáticos que veremos a seguir, pretende-se colocar o aluno e o professor como

protagonistas nesse processo de ensino/aprendizagem. Para isso, foi pensado um ensino que seja pautado no "fazer com" e não no "fazer como".

3.3 METODOLOGIA

Propõe-se um plano de aulas para um ano letivo, contemplando uma introdução à Filosofia Antiga e Filosofia Política na modernidade. Para cada bimestre estarão configuradas 09 (nove) aulas, com duração de 50 (cinquenta) minutos e uma aula por semana. As aulas terão uma dinâmica de teoria e prática. A parte teórica será através de aulas expositivas, com leitura dos textos e inserção dos alunos no tema daquela aula. Já a parte prática será o momento de exercitar a filosofia, pois a filosofia é uma atividade que precisa ser aprendida.

A metodologia a ser utilizada no primeiro semestre será uma aplicação dos quatro passos didáticos elaborado por Gallo (2012), que grosso modo passam pelas seguintes etapas:

Etapa 1) Sensibilização: essa etapa tem por objetivo afetar o aluno, fazer com que ele se interesse pelo assunto. Como dar esse primeiro passo? As opções são muitas, como utilização de filmes ou trechos de filmes, músicas, notícias jornalísticas, obras de arte, documentários, recortes de textos clássicos, enfim, basta usar a imaginação para esse propósito. Após dar esse primeiro passo de sensibilização, deve se partir para o segundo, que é a:

(Etapa 2) Problematização: Aqui o objetivo passa a ser a formulação do problema, porém um problema cuja solução os alunos se esforçarão para encontrar, uma vez que já foram aguilhoados por ele. Neste passo, o sentido crítico e questionador dos alunos, que é inerente a todo filósofo, deve ser explorado ao máximo, sendo que o espaço para levantar dúvidas às soluções e/ou opiniões propostas deve ser também considerado. O terceiro passo dessa escalada de elaboração de conceito é a:

Etapa 3) Investigação: Como o próprio nome diz, nessa etapa ocorre a busca de elementos que possam contribuir para a equacionar o problema levantado na etapa anterior. Para tanto, é conveniente que a fonte seja a história da filosofia, em momentos específicos e que tenha a ver com o problema suscitado. Além do material didático que a escola estiver utilizando, é conveniente enriquecer os estudos com textos complementares de determinado(s) filósofo(s). Com o problema em mãos, pode-se questionar se determinado filósofo em determinado tempo passou por esse problema e, se sim, como ele propôs uma solução ou apontou um caminho racional para que pudesse ser resolvido. A história da filosofia certamente apontará um caminho para tentar elucidar aquele problema, por mais complexo que seja. Por último, entra em cena a:

Etapa 4) Conceituação: O problema aqui teoricamente já estará equacionado, então é o momento de recriar os conceitos encontrados naquela "viagem" à história da filosofia, na qual os alunos embarcaram durante o passo da investigação. O movimento filosófico entra no clímax justamente neste passo, é aqui o que o conceito deve ser criado ou recriado, com adaptações ou deslocamentos para o nosso contexto, para a nossa realidade, apresentando solução ou soluções exequíveis para os problemas em questão.

Quanto à distribuição das notas, ressalta-se que a efetiva participação dos alunos durante as aulas também serão computadas à nota final. O material didático a ser utilizado é o que a escola adotar, no entanto, como forma de enriquecer as aulas serão trazidos outras fontes bibliográficas e vídeos relacionadas ao assunto, com o intuito fazer um aprofundamento nos estudos.

3.4 ESQUEMATIZAÇÕES DAS AULAS

1º Bimestre - Como surgiu a Filosofia na Grécia Antiga

Aula 01: Passagem do pensamento mítico-religioso ao pensamento filosófico-científico.

Aula 02: Percepções acerca do pensamento filosófico-científico.

- o mundo natural;
- a causalidade;
- a arché - elemento primordial.

Aula 03: Percepções acerca do pensamento filosófico-científico.

- o cosmo, a ideia básica de ordenação racional, (ordem e beleza);
- o logos, discurso racional que difere dos mitos;
- caráter crítico dessas novas teorias;

Aula 04: Percepções acerca do pensamento filosófico-científico - Questões propostas para discussão.

Aula 05: Primeiros filósofos e suas ideias gerais. Uma das preocupações desses pensadores era a busca da *arché*, que seria um princípio material único, formador de todas as coisas. Será visto ao longo desta e das próximas aulas o pensamento de alguns Filósofos desse período.

- escola jônica - (Tales de Mileto, Anaximandro de Mileto, Anaxímenes de Mileto e Heráclito de Efeso);
- escola pitagórica - (Pitágoras de Samos);

- Aula 06:** Primeiros filósofos e suas ideias gerais
 - escola eleática - (Xenófanes de Cólofon, Parmênides de Eleia e Zenão de Eleia);
 - escola atomista - (Demócrito de Abdera).
- Aula 07:** Exibição de documentário: Filosofia pré-socrática e a sabedoria da antiguidade (gregos) - documentário da Discovery. (<https://youtu.be/-16GwiG8f6Q>).
- Aula 08:** Revisão dos conteúdos estudados.
- Aula 09:** Avaliação escrita.

2º Bimestre - Uma introdução ao estudo de Sócrates e Platão

- Aula 10:** O pensamento de Sócrates.
- Aula 11:** Os Sofistas e o surgimento da sofística.
- Aula 12:** Sócrates e a oposição aos sofistas.
- Aula 13:** Reflexões acerca da condenação de Sócrates à morte (recortes da *Apologia de Sócrates* de Platão).
- Aula 14:** Introdução à Filosofia de Platão.
- Aula 15:** Platão e a teoria das ideias
- Aula 16:** A alegoria da caverna.
- Aula 17:** Revisão dos conteúdos estudados.
- Aula 18:** Avaliação escrita.

3º Bimestre - Filosofia Política na modernidade

- Aula 19:** Explorar o conceito de política.
- Aula 20:** A política e as relações de poder; a institucionalização do poder no Estado.
- Aula 21:** Estado e legitimidade do poder; regimes democráticos.
- Aula 22:** Atividade em grupo sobre democracia. Será que vivemos em uma democracia?
- Aula 23:** Regimes autoritários
- Aula 24:** Religião e democracia; o que é laicidade?
- Aula 25:** Desafios da democracia.
- Aula 26:** Revisão dos conteúdos estudados.
- Aula 27:** Avaliação escrita.

4º Bimestre - Filosofia Política na modernidade

- Aula 28:** Teoria política de Maquiavel.
- Aula 29:** Teoria política de Thomas Hobbes.
- Aula 30:** Teoria política de Jonh Locke.
- Aula 31:** Teoria política de Jean Jacques Rousseau.
- Aula 32:** Teoria Política de Charles-Louis de Secondat - Montesquieu.
- Aula 33:** O Contrato Social na visão Hobbes, Locke e Rousseau.
- Aula 34:** Atividade em grupo sobre o mito do "bom selvagem".
- Aula 35:** Revisão dos conteúdos estudados.
- Aula 36:** Avaliação escrita.

3.5 OBSERVAÇÕES E SUGESTÕES DE LEITURAS

Como explicitado ao longo deste Plano de Curso, o objetivo principal é fazer os alunos exercitarem o pensamento conceitual acerca dos problemas que esses filósofos estudados trouxeram, porém as escolas adotam formas de avaliação por notas, podendo acontecer baixo rendimento por parte de alguns alunos. Caso isso ocorra, os alunos terão aulas de reforço via Google meet (on-line), ocasião em que poderão sanar as dúvidas e posteriormente fazer uma nova avaliação.

3.5.1 Sugestões de Leituras

- Aranha, Maria Lúcia de Arruda; Martins, Maria Helena Pires. *Filosofando: Introdução à Filosofia*. 6ª ed. São Paulo: Editora Moderna, 2018. (**livro didático**).
- Botelho, José Francisco. *Uma breve história da filosofia*. São Paulo: Abril, 2015.
- Burnet, John. *A aurora da Filosofia Grega*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro. Ed. PUC-Rio, 2006.
- Gaarder, Jostein. *O mundo de Sofia: romance da história da filosofia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- Havelock, Eric. *Prefácio a Platão*. Campinas, SP: Papirus, 1996.
- Marcondes, Danilo. *Iniciação à História da Filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

3.5.2 Recursos didáticos

- Livro didático.

- Computador.
- Projetor de multimídia (datashow).
- Caixa de som.
- Livros e textos complementares.
- Vídeos/filmes.
- Documentários.
- Música.
- Quadro, giz ou pincel.
- Acesso à internet.

3.6 OBJETIVOS DAS AULAS PROPOSTAS

Durante o primeiro bimestre

Aula 01: Pretende-se nessa primeira aula fazer uma contextualização acerca da passagem do pensamento mítico-religioso ao pensamento filosófico-científico, objetivando diferenciar mito e filosofia.

Aula 02: O objetivo desta aula é apresentar aos alunos os questionamentos que os primeiros filósofos teriam feito, de acordo com os fragmentos que chegaram até nós: sobre a *physis* do Universo, a noção de causalidade e o conceito de *arché* (elemento primordial). Será o momento também de colocar os alunos para exercitarem o pensamento crítico sobre essas noções. Um aspecto importante a destacar aqui é o ponto de vista que cada filósofo tinha a respeito da origem do universo.

Aula 03: Em continuidade à aula anterior, pretende-se avançar no estudo das noções do pensamento filosófico-científico, explicando a ideia de uma ordenação racional (o cosmo), do logos (um discurso racional que diferenciava do discurso mítico) e as críticas advindas com essas teorias. Será outro momento bastante rico de mostrar aos alunos como a crítica é importante na construção do pensamento filosófico.

Aula 04: Nesta aula, o professor trará algumas questões e temas importantes visando fixar o conteúdo estudado até o momento. Será também um momento em que os alunos poderão discutir essas teses defendidas, opinando a respeito.

Aula 05: Pretende-se nesta aula fazer um apanhado geral sobre a importância e contribuição dos primeiros filósofos para a formação e o desenvolvimento da tradição filosófica, bem como fazer uma passagem pela escola jônica e escola pitagórica, procurando entender a característica principal dessas escolas. Os alunos terão a oportunidade de compreender o caráter crítico e as divergências que havia dentro dessas escolas, portanto, o pensamento crítico assume um papel importantíssimo no avanço da filosofia.

Aula 06: Continuando no mesmo contexto da aula anterior, serão estudados outros filósofos pré-socráticos e suas teorias elaboradas nas escolas eleática e atomista. Os alunos conhecerão a teoria dos principais pensadores dessas escolas, como a de Xenofanes de Cólofon, a de Parmênides de Eleia e de Zenão de Eleia .

Aula 07: Pretende-se nesta aula fazer a exibição de vídeo documentário sobre a filosofia pré-socrática e a sabedoria da antiguidade grega. Um documentário imperdível que os alunos certamente curtirão.

Aula 08: Objetiva-se com essa aula, esclarecer eventuais dúvidas por meio de uma síntese de tudo que foi estudado até a sexta aula.

Aula 09: A nona aula marca o término do primeiro bimestre de estudos, portanto, o objetivo será aplicar uma avaliação escrita sem consulta, para avaliar se os alunos assimilaram os conteúdos estudados ao longo do bimestre. Considerando que a metodologia proposta é fazer os alunos exercitarem o pensamento conceitual, a avaliação será elaborada com esse propósito, isto é, através de um problema estudado, estimular os alunos a recriarem conceitos sobre o tema, fazendo uma ponte para problemas da atualidade.

Durante o segundo bimestre

Aula 10: Esta aula tem por objetivo mostrar como Sócrates rompe com a preocupação que os primeiros filósofos tinham em formular doutrinas sobre a realidade natural e também como a sociedade grega começa a discutir a problemática ético-política como uma questão filosófica.

Aula 11: Objetiva-se com essa aula, explicar aos alunos como surgiram os sofistas e como eles trabalhavam a sua retórica. Considerados pela população como professores de sabedoria (*sophia*), daí o termo sofista, eles praticavam o ensino itinerante e remunerado. Sócrates se opunha a eles, os chamavam de "Prostitutos do Saber".

Aula 12: Retomando a aula anterior, será visto porque Sócrates se opunha aos Sofistas. A essência do ensinamento de Sócrates era a investigação e a busca da verdade através de seu método dialético que constituía da ironia e da maiêutica, totalmente diferente da forma como os Sofistas ensinavam.

Aula 13: Objetiva-se com esta aula, mostrar através de recortes do diálogo de Platão *Apologia de Sócrates*, o porquê de Sócrates ter sido condenado à morte por defender suas ideias. Será um momento importante para trabalhar com os alunos o exercício de reflexão sobre diversos temas relacionados à morte de Sócrates, como injustiças, perseguições políticas e outras questões relacionadas à moral e à ética.

Aula 14: Pretende-se com esta aula, discutir o pensamento de Platão, discípulo de Sócrates, acerca da problemática do conhecimento no que diz respeito à questão da possibilidade do conhecimento, do método, dos seus instrumentos e do objeto do conhecimento.

Aula 15: O objetivo dessa aula é trabalhar com os alunos a teoria das ideias ou das formas de Platão, a natureza essencial das coisas. O filósofo defendia o inatismo, ou seja, já nascemos com nossos princípios racionais e ideias inatas, além de defender a concepção de dois mundos, um sensível e o mundo inteligível.

Aula 16: Nesta aula será feito um estudo sobre a alegoria da caverna (Livro VII da República (514a - 517d). Pretende-se com essa aula entender como Platão descreve esse conhecimento, sua relação com a realidade, o processo de sua obtenção e sua dimensão ético-política. Os alunos serão estimulados a recriarem/refletirem sobre esses conceitos, emergindo-os para a nossa realidade.

Aula 17: Objetiva-se com essa aula, esclarecer eventuais dúvidas por meio de uma síntese de tudo que foi estudado dentro desse bimestre.

Aula 18: Esta aula marca o término do semestre letivo, portanto o objetivo será aplicar uma avaliação escrita sem consulta, para avaliar se os alunos assimilaram os conteúdos estudados ao longo deste último bimestre. Considerando que a metodologia proposta é fazer os alunos exercitarem o pensamento conceitual, a avaliação será elaborada com esse propósito, que é o de levantar um problema estudado e estimular os alunos a recriarem conceitos sobre o tema, fazendo uma ponte para problemas da atualidade. A avaliação será a elaboração de um texto dissertativo/argumentativo, de acordo com uma questão norteadora proposta.

Durante o terceiro bimestre

Aulas 19 e 20: Nestas duas primeiras aulas o objetivo é levar aos alunos a entender o conceito de política dentro do movimento da história, em um contexto temporal/espacial e com obediência às especificidades de cada época e sociedade. Após o entendimento desse conceito será discutido com a turma outro tema importante: que é a política e as relações de poder e como se institucionalizou o poder no Estado.

Aula 21: O objetivo desta aula é compreender como se dá a legitimidade do poder nas mãos do Estado. Sabemos que a força física é uma condição necessária e com exclusividade de aplicação por parte do Estado, com vistas ao funcionamento da ordem na sociedade. Porém o uso dessa força necessita de certo grau de consenso para assim torná-la legítima.

Aula 22: Nesta aula será trabalhada uma atividade em grupo sobre democracia. O principal objetivo é despertar nos alunos questionamentos sobre o regime democrático, com uma pergunta norteadora: Será que vivemos em uma democracia?

Aula 23: Pretende-se com esta aula estudar os regimes democráticos. Uma forma de governo em que o poder é exercido pelo povo, confiando parte desse poder ao Estado. Diferente das monarquias absolutistas, em que poder se concentrava nas mãos do rei.

Aula 24: O objetivo desta aula é estudar a religião dentro de uma democracia e num contexto filosófico, bem como entender o conceito de laicidade, ou seja, a separação do Estado e da Igreja.

Aula 25: Nesta aula entraremos em uma discussão sobre os desafios da democracia, que por um lado dispõe de uma força, mas por outro existe certa fragilidade.

Aula 26: Objetiva-se com essa aula, esclarecer eventuais dúvidas por meio de uma síntese de tudo que foi estudado dentro deste bimestre.

Aula 27: Esta última aula será aplicada uma avaliação escrita acerca dos diversos assuntos que foram estudados. A avaliação será a elaboração de um texto dissertativo/argumentativo, de acordo com uma questão norteadora.

Durante o quarto bimestre

Aula 28: O objetivo desta aula é procurar entender como se dá a investigação política na visão de Maquiavel. Aqui veremos que acontece uma tendência de afastamento do pensamento ético e religioso.

Aula 29: Nesta aula veremos que Thomas Hobbes contrariou o pensamento político clássico, notadamente o de Aristóteles, fundamentado na ideia de uma natureza humana racional e virtuosa, bem como na teoria de que somos animais políticos. Por isso, ao contrário de Aristóteles, para Hobbes, o Estado Civil é, pois, uma associação humana histórica e **artificial**: o homem não é sociável por natureza.

Aula 30: O objetivo desta aula é trazer para os alunos como foi mobilizado o pensamento político de John Locke. Assim como Hobbes, Locke também parte do hipotético estado de natureza para elaborar sua teoria acerca dos motivos que impeliram o ser humano a instituir o Estado civil, isto é, o poder político. Locke está de pleno acordo com Hobbes no que toca à concepção de que o estado de natureza era marcado pela **liberdade** (já que nele não havia leis, normas ou regras) e **igualdade**.

Aula 31: Nesta aula faremos uma leitura sobre a política na visão de Rousseau. Com efeito, ao contrário de Hobbes e Locke, para Rousseau, o ser humano não é naturalmente mau, nem tende a ser bom, ele é **naturalmente bom** (o bom selvagem). Rousseau glorifica os valores da vida natural, caracterizados pela paz e harmonia (sendo que, para Hobbes, ela seria marcada pela guerra e desarmonia), bem como pela inocência do ser humano (ao contrário de Hobbes, que o via como um ser extremamente mau).

Aula 32: O objetivo desta aula é dar continuidade ao pensamento político, agora com Montesquieu. Ele também discordava da proposta hobbesiana de um **Estado absolutista**. O filósofo francês analisa e teoriza aquela divisão de poderes já postulada por John Locke. O poder exercido pelo Estado deve ser determinado e limitado pela ordem Jurídica vigente (a lei) e da prática da vida democrática.

Aula 33: Nesta aula faremos um estudo básico sobre o contrato social, na visão de Hobbes, Locke e Rousseau.

Aula 34: O objetivo desta aula é realizar um estudo dirigido sobre o mito do "bom selvagem", conforme trazido por Rousseau.

Aula 35: Objetiva-se com essa aula, esclarecer eventuais dúvidas por meio de uma síntese de tudo que foi estudado dentro desse bimestre.

Aula 36: Esta última aula será aplicada uma avaliação objetiva sobre os diversos assuntos que foram estudados.

3.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É muito importante que o professor elabore um bom plano de aulas, pois é uma ferramenta muito útil e que norteará seu trabalho nas atividades didáticas previstas para a fase de ensino de um determinado curso. No caso específico aqui, Filosofia para o 1º Ano do Ensino Médio. Outra característica importante que o Plano de Curso deve ter é um alinhamento com o Plano Curricular da Escola, notadamente com a área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. O conteúdo e os objetivos da distribuição devem atender aos requisitos curriculares e desenvolver as habilidades e competências que serão importantes para os discentes, sempre tendo em mente que o Plano de Curso pode e deve sofrer alterações/melhorias ao longo do ano letivo, pensando na qualidade das aulas ministradas.

3.8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando:** Introdução à Filosofia. 6. ed. São Paulo: Editora Moderna, 2018.

BOTELHO, José Francisco. **Uma breve história da filosofia.** São Paulo: Abril, 2015.

BURNET, John. **A aurora da filosofia grega.** Tradução de Vera Ribeiro; revisão da tradução Agatha Bacelar; tradução das citações em grego e latim Henrique Cairus, Agatha Bacelar, Tatiana Oliveira Ribeiro. Rio de Janeiro; Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

GAARDER, Jostein. **O mundo de Sofia:** romance da história da filosofia. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

GALLO, S. **Metodologia do ensino de filosofia: uma didática para o ensino médio.** Campinas: Papirus, 2012.

HAVELOCK, Eric. **Prefácio a Platão.** Tradução Enid Abreu Dobránszky. Campinas, SP: Papirus, 1996.

MARCONDES, Danilo. **Iniciação à história da Filosofia:** dos pré-socráticos a Wittgenstein. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

PLATÃO, **República.** Tradução Maria Helena da Rocha Pereira. 9. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbbenkian, 2001.

**
*